

ESRS: lições aprendidas para o futuro

Principais lições dos primeiros relatórios preparados de acordo com as ESRS em Portugal

KPMG. Fazer diferente faz a diferença.

outubro de 2025

Introdução

Em tempos de crescente escrutínio sobre o papel das empresas na sociedade, o reporte de sustentabilidade emergiu como uma ferramenta poderosa na promoção da transparência, responsabilização e criação de valor a longo prazo para as organizações, disponibilizando melhores informações de gestão. A Diretiva de Relato de Sustentabilidade das Empresas (CSRD) marca um passo fundamental neste domínio. A CSRD e as respetivas Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS) visam colocar o reporte de sustentabilidade ao mesmo nível do reporte financeiro. Atualmente, as empresas profissionalizam as suas divulgações sobre temas como a descarbonização e o impulso global em direção ao *Net-Zero*, direitos humanos e conduta empresarial ética.

No contexto da proposta Omnibus, as empresas em todo o mundo valorizam cada vez mais o seu reporte de sustentabilidade, pois estão conscientes de que não só é uma boa forma de demonstrar o seu compromisso com um impacto ambiental e social positivos, como também as ajudam a ser resilientes num mundo em constante mudança.

A presente publicação reúne boas práticas e principais conclusões resultantes da análise a 20 relatórios correspondentes à primeira vaga de reporte das empresas em Portugal em conformidade com as ESRS. O estudo explora a forma como as organizações estão a responder aos novos requisitos, o grau de alinhamento das suas divulgações com as ESRS e as lições que podem ser retiradas dessa experiência. O relatório encontra-se estruturado em torno dos temas centrais ambientais, sociais e de governação (ESG), sendo que cada capítulo destaca as observações mais relevantes. Mais do que uma comparação quantitativa, o objetivo é extrair aprendizagens e identificar boas práticas que possam servir de referência para a melhoria dos relatórios do próximo ciclo de reporte, seja este de caráter voluntário ou obrigatório.

Esperamos que esta publicação seja informativa e inspiradora. Independentemente de estar agora a iniciar a sua jornada CSRD ou de pretender aperfeiçoar a sua abordagem, as ideias aqui partilhadas oferecem orientações valiosas. Na KPMG, temos orgulho em apoiar as empresas no avanço das suas ambições de sustentabilidade com profundo conhecimento, ferramentas práticas e o compromisso de fazer uma diferença significativa.



Pedro Cruz
Partner, ESG



João Torres
Associate Partner, ESG

Índice

0

A Nossa
Metodologia

1

Estrutura
de Reporte

2

Análise de
Dupla
Materialidade

3

E1 –
Alterações
Climáticas

4

Efeitos
Financeiros

5

E4 -
Biodiversidade

6

S1 – Mão de
Obra Própria

7

G1 – Conduta
Empresarial

8

Métodos de
Análise de
Dados

9

Verificação Externa
da Informação de
Sustentabilidade

0.01 A nossa metodologia: Dados e População

Analisámos as demonstrações de sustentabilidade de 270 empresas que reportaram de acordo com as ESRS no primeiro semestre de 2025, relativamente ao ano de 2024.

A nossa análise contou com a colaboração de vários especialistas da KPMG que prestam serviços de consultoria e asseguração relacionados com as ESRS, os quais realizaram análises específicas por país.

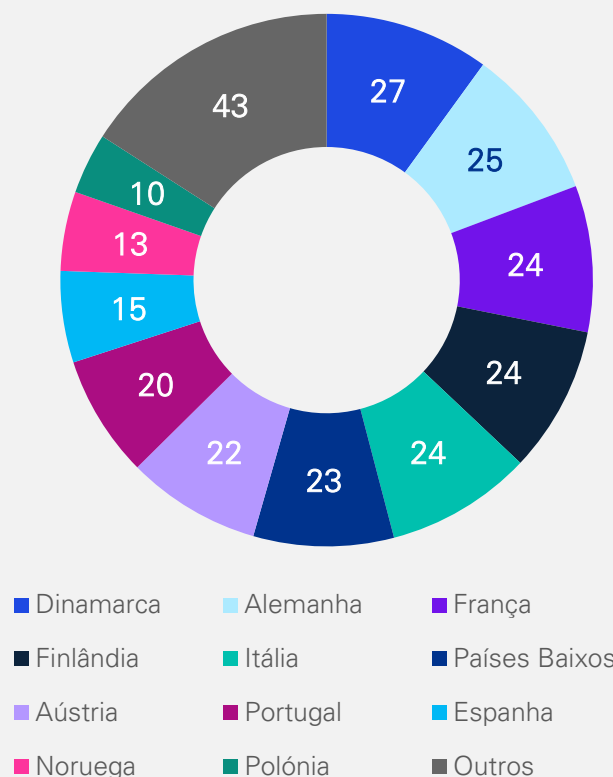
A nossa amostra de empresas não foi concebida para ser estatisticamente representativa, mas reflete a nossa experiência e a primeira vaga de reporte ao abrigo das ESRS.

As nossas conclusões pretendem igualmente constituir um contributo valioso para a discussão sobre a simplificação das ESRS – com lições relevantes sobre a aplicação prática das normas e as áreas que as empresas consideraram mais desafiantes.

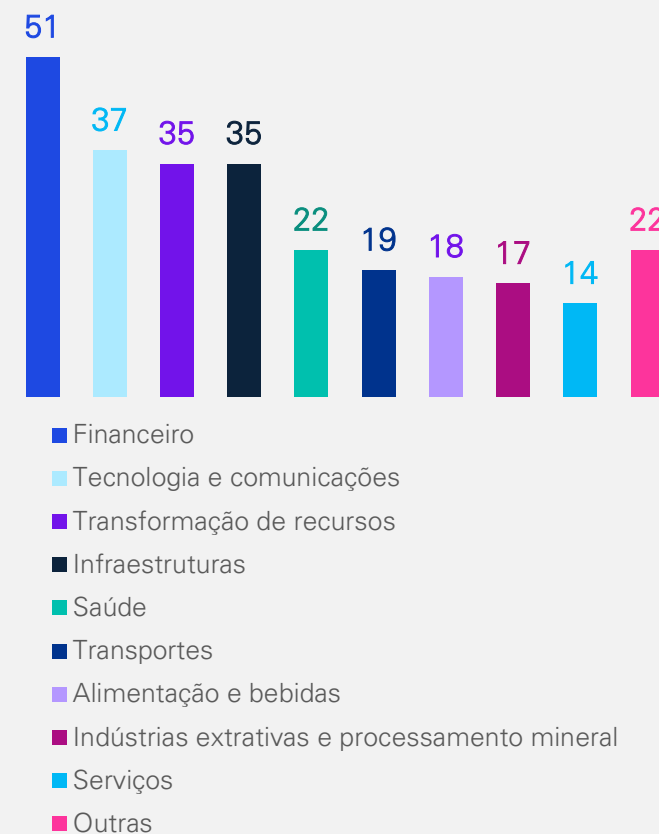
Sempre que pertinente, apresentamos uma comparação da realidade nacional com o nosso estudo global *Real-time ESRS*, que analisou as Demonstrações de Sustentabilidade de 270 empresas, que reportaram ao abrigo das ESRS no mesmo período. Este exercício comparativo reforça a compreensão sobre o posicionamento das empresas portuguesas face à realidade internacional. Para mais detalhes, consulte o estudo global *Real-time ESRS*, disponível [aqui](#).



Distribuição por País



Distribuição por Setor



0.01 A nossa metodologia: Dados e População

Esta publicação foca-se nos relatos de sustentabilidade de 20 empresas portuguesas que, no primeiro semestre de 2025, publicaram informações sobre 2024 preparadas em conformidade com as *European Sustainability Reporting Standards* (ESRS).

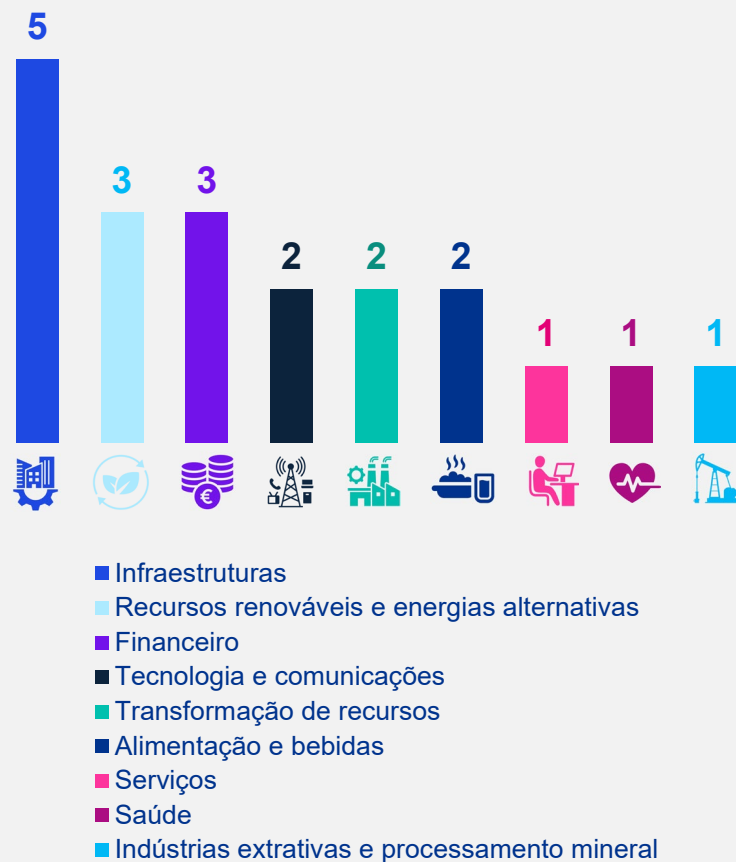
A amostra abrangeu uma diversidade significativa de setores e indústrias, não representando nenhum setor mais de 25% do total, nem qualquer indústria mais de 20%. Esta dispersão setorial e industrial assegura uma base de observação ampla, ainda que não exaustiva, permitindo identificar tendências iniciais de relevo.

Reconhecemos que as conclusões aqui apresentadas não devem ser interpretadas como estatisticamente representativas da realidade nacional. Tratam-se, antes, de reflexões preliminares fundamentadas na nossa experiência e na análise desta primeira vaga de reporte ao abrigo das ESRS.

Nas páginas seguintes sintetizamos as principais lições aprendidas e destacamos práticas que se evidenciam como mais eficazes, as quais poderão servir de apoio às empresas na preparação dos relatórios do próximo exercício, sejam estes de caráter voluntário ou obrigatório.



Distribuição por Setor



Distribuição por Indústria



1.01 Estrutura de Reporte

Mensagens Chave

No que diz respeito à estrutura das Demonstrações de Sustentabilidade, 55% das empresas seguiram o modelo ilustrado nas ESRS e recomendado pela ESMA. Este valor é inferior ao observado no estudo global, onde 71% das empresas adotaram essa abordagem. Em todos os casos analisados, a Demonstração foi apresentada como documento único e não fragmentada ao longo do relatório de gestão, o que demonstra uma opção pela centralização das divulgações.

Outro aspeto relevante diz respeito à extensão dos relatórios. O número médio de páginas, excluindo informações incorporadas por referência, foi de 166 páginas, enquanto a mediana atingiu 179 páginas. Estes valores são significativamente superiores à média (127 páginas) e à mediana (106 páginas) observadas no estudo global, indicando uma tendência para maior volumetria e densidade informativa na amostra analisada.

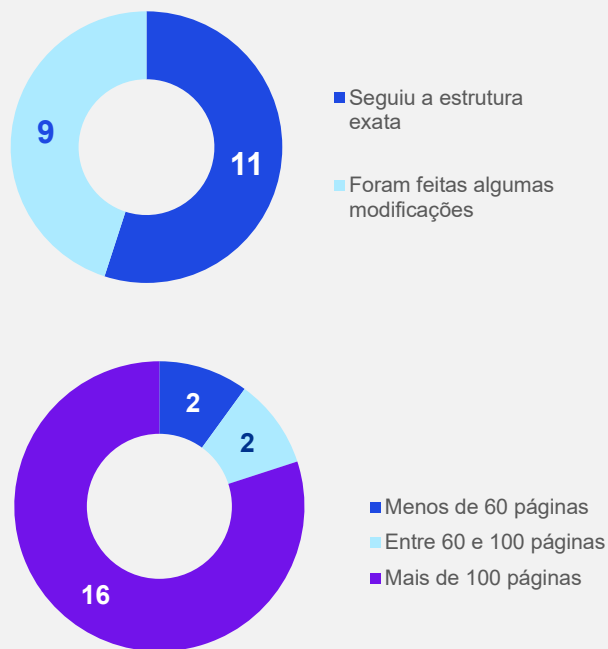
Quanto ao uso de referenciação, 65% das empresas incorporaram informações por esta via, valor superior aos 53% registados no estudo global. No entanto, observa-se que o exercício de conformidade regulatória tende, em diversos casos, a sobrepor-se à capacidade de comunicação estratégica. As divulgações, embora extensas, nem sempre refletem uma narrativa integrada entre a estratégia empresarial e a informação de sustentabilidade, evidenciando a necessidade de reforçar a conectividade entre reporte e estratégia.

Principais Lições

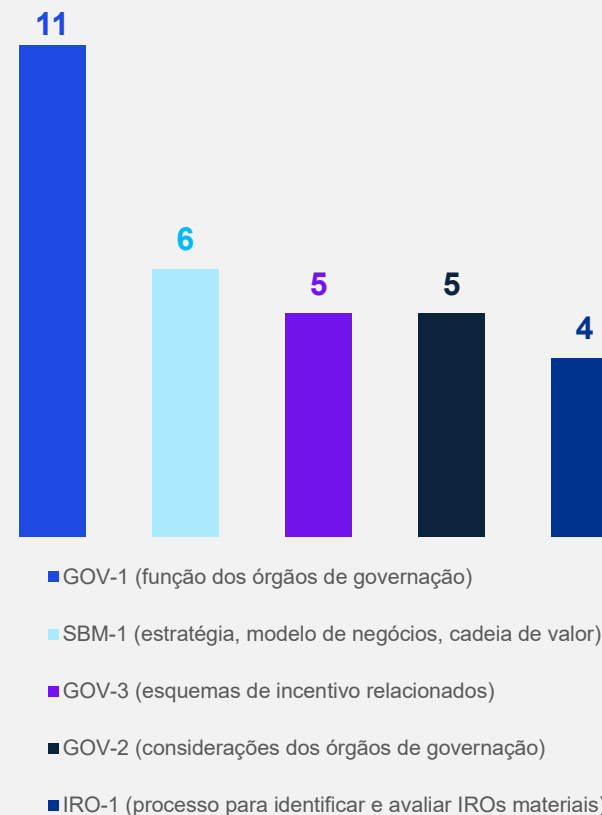
- **Narrativas demasiado extensas ou repetições** – a utilização da incorporação por referência, a indicação visual dos pontos de dados e uma secção de sumário executivo facilitam a leitura e efetividade do relato.
- **A utilização de tabelas síntese** (ex: em políticas) com *links* para secções relevantes e números de página melhoram a leitura e conectividade para uma navegação eficiente.

A estrutura de reporte das ESRS foi concebida para garantir coerência, comparabilidade e transparência nas divulgações de sustentabilidade. As normas definem um modelo organizado em requisitos gerais (ESRS 1 e 2) e normas temáticas ambientais, sociais e de *governance* (E, S e G). De acordo com os requisitos das ESRS, a Demonstração de Sustentabilidade deve ser apresentada como um documento único constituído por quatro secções: Divulgações Gerais, Ambientais, Sociais e de Governo, integrado no relatório de gestão, e assegurar uma narrativa consistente entre a estratégia, a análise de dupla materialidade e o desempenho ESG.

Estrutura e extensão da Demonstração de Sustentabilidade



Incorporações por referência



IROs materiais

A identificação dos IROs materiais constitui o ponto de partida essencial para a elaboração de relatórios em conformidade com as ESRS. O nosso estudo evidencia que a primeira experiência das empresas com o processo de Avaliação de Dupla Materialidade (ADM) revelou-se particularmente exigente.

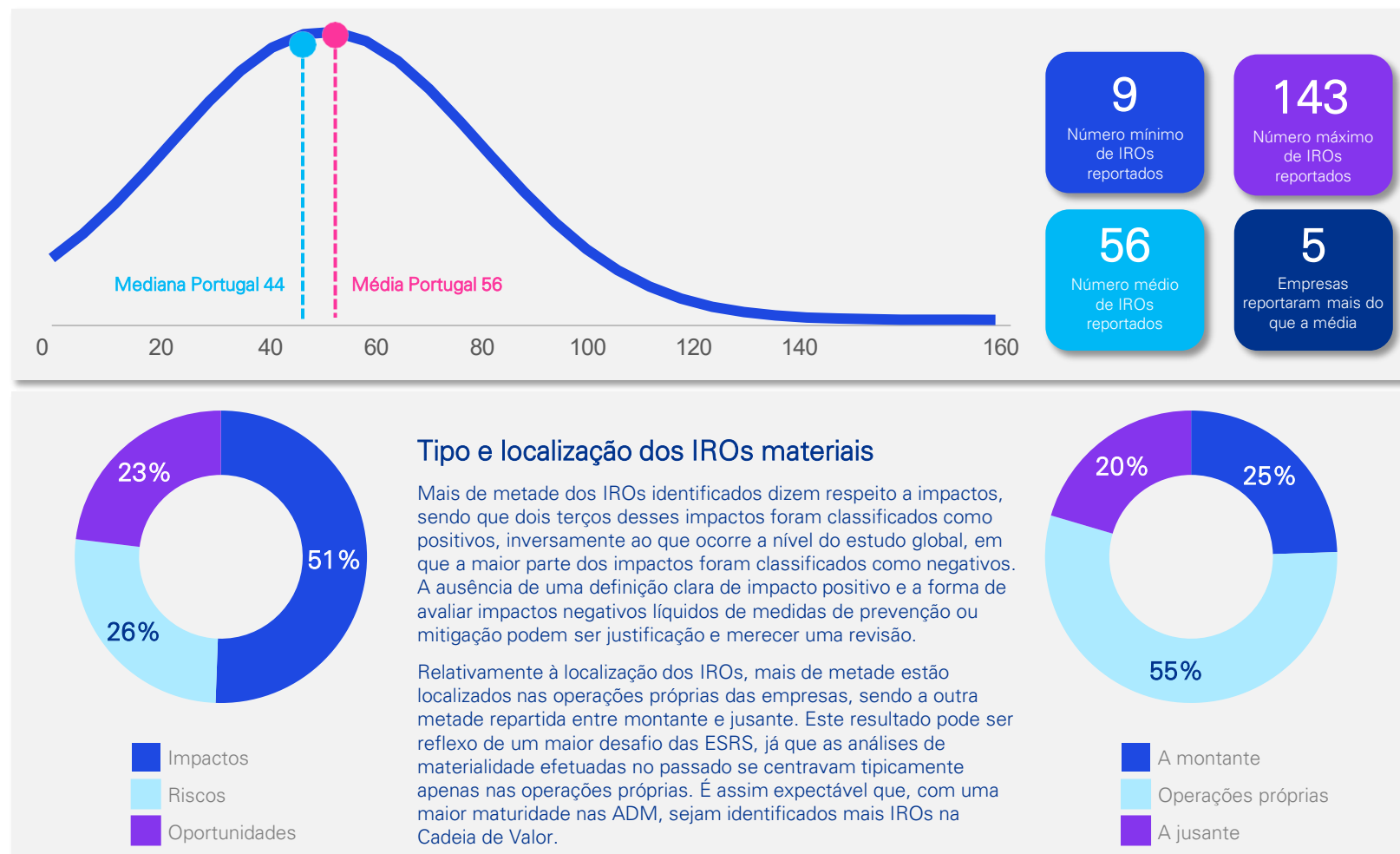
Verificou-se uma grande diversidade na forma e nível de granularidade como as empresas classificaram e apresentaram os seus IROs.

Além disso, embora muitas tenham valorizado as orientações de implementação do EFRAG, várias organizações tiveram de tomar decisões de reporte importantes antes da publicação desses *guidelines*, devido a estes guiões de implementação terem sido publicados em maio de 2024 e alguns esclarecimentos via respostas a FAQ até ao último trimestre do ano.

Relativamente à quantidade total de IROs identificados, a média nacional (56) é mais alta do que a global (43), indicando que as empresas em Portugal tendem a relatar um maior número de informações relacionadas com sustentabilidade do que a média internacional.

A distribuição dos IROs por tipologia é semelhante à observada globalmente, sendo que existem proporcionalmente mais oportunidades identificadas em Portugal do que na média global, o que sugere um maior potencial identificado para desenvolvimento de uma estratégia de práticas sustentáveis e de melhoria na qualidade e detalhe da informação nos relatórios corporativos.

De acordo com as ESRS, identificar Impactos, Riscos e Oportunidades (IROs) materiais através da Análise de Dupla Materialidade (ADM) é o elemento central do reporte de sustentabilidade. A Demonstração de Sustentabilidade deve refletir todos os IROs materiais identificados através deste processo. Embora possam priorizar determinados IROs para efeitos de gestão interna, as empresas continuam a ser obrigadas a reportar de forma abrangente sobre todos os IROs materiais.



IROs materiais

A análise demonstra que as empresas identificaram um maior número de IROs materiais em temas Sociais (46%) do que em temas Ambientais (33%). Entre as normas temáticas, destacam-se a S1 e a E1 como as mais recorrentes. Já 12% dos IROs materiais foram associados à norma de governação.

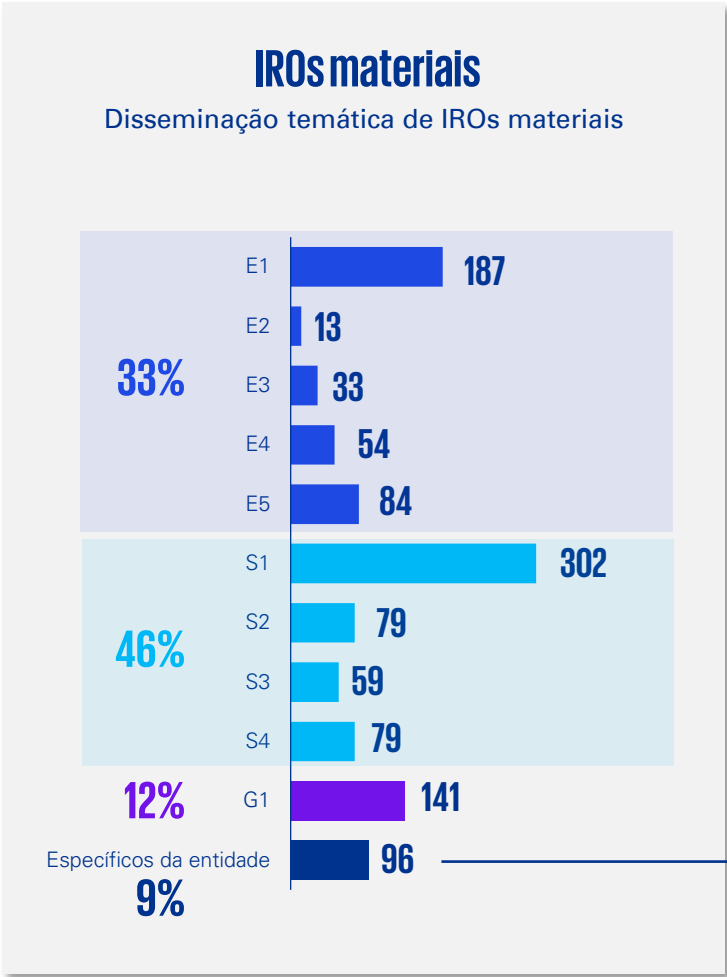
O requisito de aplicação 16 da ESRS 1 apresenta uma lista abrangente de matérias de sustentabilidade a considerar na ADM. As empresas devem, no entanto, incluir temas específicos da entidade sempre que estes sejam relevantes e não se encontrem adequadamente refletidos, com suficiente granularidade, nas normas ESRS. Entre os 20 relatórios analisados, 9% dos IROs materiais identificados eram específicos da entidade face a 6% no nosso estudo global *Real-time ESRS*. A maioria destes IROs relacionam-se com temas de governação, destacando-se tópicos como inovação e cibersegurança. Outros IROs específicos da entidade referem-se, por exemplo, à resiliência e continuidade de negócios da organização e a sua relação com a comunidade.

Nos relatórios de oito empresas identificaram-se IROs classificados como específicos mas que apresentavam alinhamento significativo com as ESRS, podendo ter sido mapeados para sub-subtemas já existentes. Situação semelhante foi observada no estudo global. A associação a sub-temas definidos das normas ESRS incrementaria a comparabilidade entre pares.

Principais Lições

- **Predomínio de IROs em temas ambientais e sociais** – “As Alterações Climáticas” e a “Mão de Obra Própria” são os temas materiais mais comuns.
- **Necessidade de maior alinhamento com as ESRS** – alguns IROs específicos da entidade poderiam ser mapeados para subtemas já existentes nas ESRS, o que reforçaria a comparabilidade entre empresas e reduziria a fragmentação no reporte.

As avaliações de dupla materialidade promovem a comparabilidade global dos resultados dado que a maioria das entidades utilizou a lista de temas prevista no Requisito de Aplicação 16 (AR16) da ESRS 1 – Requisitos Gerais, e possibilita análises de detalhe, por exemplo ao nível de cada setor de atividade.



Abordagens para reportar a ADM e os IROs

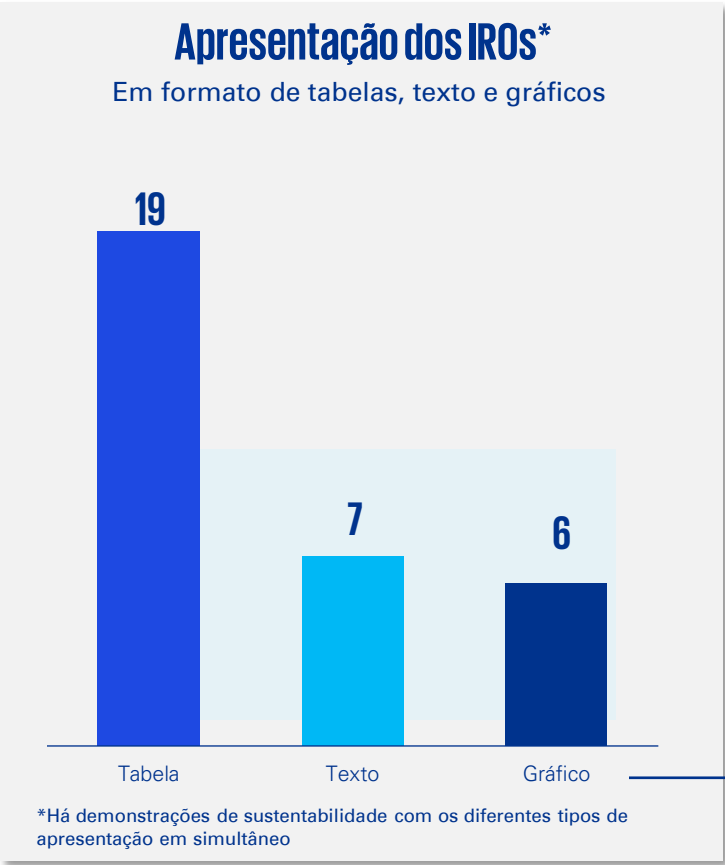
As empresas adotaram diferentes abordagens para representar os seus temas e IROs materiais, recorrendo a tabelas, textos descritivos e representações gráficas. As tabelas tendem a apresentar descrições detalhadas, indicando a posição dos IROs na cadeia de valor e os respetivos horizontes temporais, o que contribui para uma divulgação mais clara e estruturada da informação. O texto, por outro lado, oferece descrições menos sistematizadas, o que pode dificultar a identificação e compreensão dos IROs, dada a complexidade da informação apresentada. O mesmo se verifica nas representações em forma de matrizes de Análise de Dupla Materialidade (ADM) – que, embora úteis para visualização rápida, frequentemente carecem de detalhe suficiente, o que pode resultar em perda de compreensão e de precisão na interpretação dos dados.

Todas as organizações analisadas apresentam os seus IROs geralmente na secção da ADM, embora a maioria os repita nas secções das normas temáticas. Esta repetição reforça a clareza, mas aumenta a extensão do relatório. Uma prática mais eficiente é o uso de hiperligações entre secções – adotada apenas por quatro das 20 empresas – que permite uma apresentação mais estruturada e de fácil navegação ou uma ligação gráfica entre a secção geral e as temáticas.

Principais Lições

- Sendo a ADM a base da demonstração de sustentabilidade, é importante reportar **de forma clara os resultados da ADM**, incluindo as descrições dos IROs, posição na cadeia de valor e horizonte temporal.
- Com o objetivo de melhorar a clareza e evitar redundâncias, as empresas podem utilizar **gráficos e hiperligações** para apresentar os IROs de forma organizada e clara.

De acordo com a ESRS 2 – Divulgações Gerais, as empresas devem descrever os seus IROs materiais identificados através da ADM, incluindo se estes ocorrem a montante, a jusante ou nas suas próprias operações. As organizações são incentivadas a apresentar de forma clara os resultados da ADM, estabelecendo uma distinção entre a materialidade de impacto e a materialidade financeira. As empresas apresentam várias formas de visualizar os resultados dos seus temas materiais, com diferentes graus de abrangência e granularidade e inerentes vantagens e desvantagens, em função do seu objetivo de comunicação e reporte.



Envolvimento dos Stakeholders durante a ADM

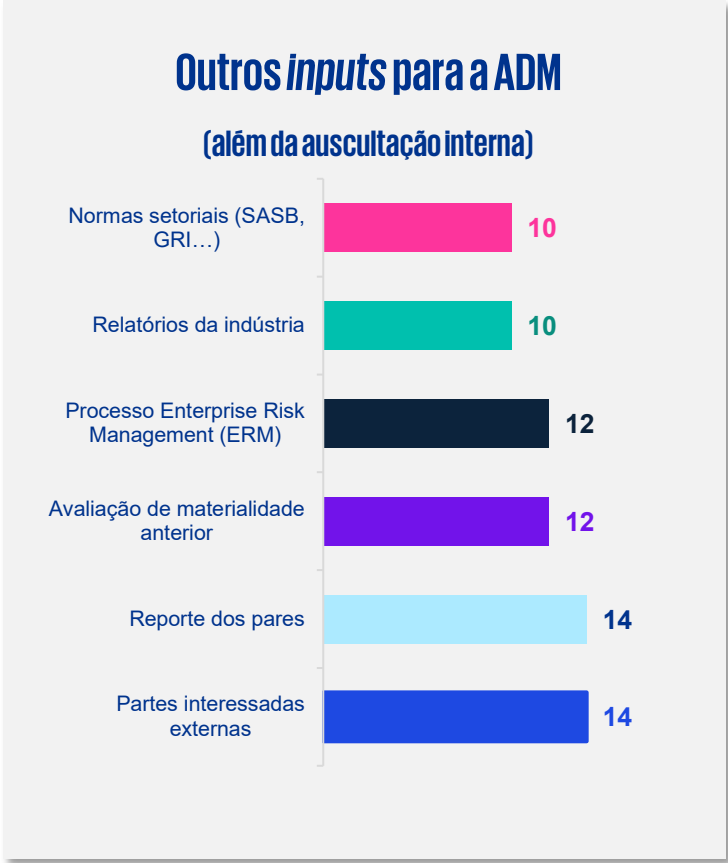
As ESRS constituem um marco recente e ainda pouco familiar para muitos dos seus utilizadores. Essa novidade é evidente não apenas entre os responsáveis pela elaboração de relatórios de sustentabilidade, mas também entre outros profissionais envolvidos no processo e, de forma relevante, entre as partes interessadas, que desempenham um papel essencial na determinação do que é considerado material para a organização.

A nossa experiência demonstra que o *feedback* das partes interessadas foi substancialmente mais útil quando obtido por meio de contato direto (entrevistas, *workshops*, *focus groups*, etc.). Essa abordagem permitiu às empresas explicar o contexto relevante de forma mais clara e reduzir potenciais mal-entendidos. Em contrapartida, métodos de recolha de informação de natureza passiva, como questionários ou formulários, mostraram-se menos eficazes, já que as instruções eram frequentemente mal interpretadas, comprometendo a utilidade das respostas recebidas e muitas vezes com baixa taxa de resposta.

As empresas que já possuíam um processo mais maduro de envolvimento das suas partes interessadas, bem como aquelas que optaram por investir na realização de entrevistas diretas ou na organização de *focus groups*, indicaram que estas modalidades foram as mais eficazes e proveitosas para o processo. Assim, torna-se claro que a forma como o envolvimento é estruturado tem impacto direto na qualidade da informação recolhida.

Nos dados globais, os resultados apresentam proporções diferentes dos nacionais: o objetivo mais frequentemente referido foi também a identificação de potenciais IRO, mas com uma incidência inferior (54%), seguido pela determinação dos IROs materiais (45%) – na realidade nacional o segundo objetivo mais relevante foi o de compreender o contexto.

O envolvimento com os *stakeholders* externos é essencial para identificar impactos e avaliar a relevância das matérias de sustentabilidade na perspetiva das partes interessadas. Embora as ESRS destaquem essa importância, não determinam métodos específicos de envolvimento. No entanto, de acordo com o parágrafo 45(a) da ESRS 2, as empresas devem divulgar uma descrição sucinta do seu envolvimento com os *stakeholders*, incluindo: principais *stakeholders*, se existe envolvimento direto com cada categoria de *stakeholders* e com que frequência, de que forma está organizada a interação ou auscultação, qual a sua finalidade e como são tidos em conta os resultados do envolvimento.



2.03 Análise de Dupla Materialidade

Envolvimento dos Stakeholders durante a ADM

17 das 20 empresas analisadas envolveram os seus *stakeholders* externos na ADM. Os principais *stakeholders* externos envolvidos foram investidores, fornecedores, clientes, órgãos governamentais, colaboradores e a comunidade. O envolvimento com os órgãos governamentais incluiu os níveis local, nacional e internacional, refletindo assim a natureza multifacetada da interação governamental.

A transparência e detalhe de divulgação do envolvimento variou entre as empresas, contudo ficaram globalmente perceptíveis as estratégias das organizações, sendo que 18 descreveram os seus métodos para envolver os *stakeholders* e 16 dessas 18 empresas descreveram com detalhe os *inputs* que consideraram no desenvolvimento da ADM, nomeadamente a auscultação. A frequência do envolvimento foi descrita de forma vaga, utilizando termos como “frequente” ou “contínuo”, sem especificar o *timing* ou o método adotado.

A maioria das empresas envolveu *stakeholders* na fase de identificação dos IRO's, sendo que apenas uma empresa contou com a participação dos *stakeholders* na fase de validação, restringindo o seu papel à revisão dos IROs previamente identificados. A nível internacional, o cenário é similar, existindo uma maior percentagem na fase de validação, segundo o nosso estudo global.

Principais Lições

- **Transparência limitada no envolvimento dos *stakeholders*** – muitas empresas não identificaram claramente os grupos consultados, nem descreveram os métodos de participação ou os temas discutidos.
- **Predomínio de métodos pouco interativos** – os inquéritos foram o principal instrumento de consulta, enquanto reuniões e entrevistas foram menos utilizadas, limitando a profundidade das contribuições.

Verifica-se que os *stakeholders* que são parceiros diretos de negócios (clientes e fornecedores) ou acionistas tendem a estar mais envolvidos nas avaliações de dupla materialidade do que outros *stakeholders*, mas algumas empresas realizam processos de envolvimento abrangentes, incluindo pelo menos um ou dois representantes de cada grupo que resultou do seu mapeamento de partes interessadas. São exemplos Organizações Não Governamentais, Supervisores ou reguladores, órgãos do governo, sindicatos, representantes da sociedade e comunidades locais.

Em termos do método de envolvimento, os inquéritos foram o método mais utilizado (14 empresas), valorizados pela sua eficiência, mas frequentemente com falta de profundidade. Métodos mais interativos, como reuniões (12) e entrevistas (cinco), foram menos utilizados, apesar do seu potencial para gerar *insights* mais valiosos sobre questões complexas. Apesar disto, a maioria das organizações acumulou mais do que um método de envolvimento em função da caracterização dos seus *stakeholders*.

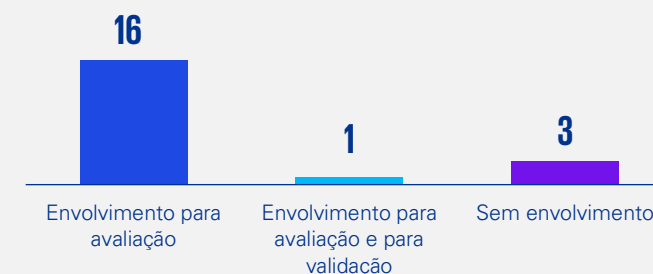
Principais stakeholders

Diversidade dos stakeholders



Práticas de envolvimento

Fases de envolvimento na ADM



Forma de envolvimento



IROs materiais

Na sequência do Acordo de Paris e do seu objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C, a ESRS E1 orienta as empresas a divulgar informações relacionadas com as alterações climáticas, nomeadamente a forma como estas afetam as alterações climáticas e os seus esforços de mitigação passados, presentes e futuros (planeados e metas). Caso uma empresa não considere as alterações climáticas como um tema relevante, o parágrafo 32 da ESRS 1 exige uma “explicação detalhada”. Neste contexto, realizámos uma análise mais aprofundada dos principais requisitos de divulgação ao abrigo da norma E1 Alterações Climáticas, com foco nos IRO, Planos de Transição, Metas *Net Zero* (emissões líquidas de GEE zero), e Emissões de GEE de âmbitos 1, 2 e 3.

A E1 Alterações Climáticas compreende três subtemas: Mitigação das Alterações Climáticas (MAC), Adaptação às Alterações Climáticas (AAC) e Energia. Das 20 empresas analisadas, 19 consideram a E1 como material. A empresa que não a considera material ainda assim divulgou informações sobre consumo de energia, matriz energética e emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) (âmbitos 1, 2 e 3, bem como o total), reforçando a centralidade da mitigação climática na comunicação com *stakeholders*. Resultado semelhante verifica-se no estudo global.

De notar que, entre as 19 entidades que classificaram a E1 como material, 18 identificaram IROs materiais relacionados com emissões de GEE (enquadrados na MAC), 17 com a CCA e 16 com a Energia. Internacionalmente, também se observa uma maior incidência de IROs ligados às emissões de GEE do que relativamente aos restantes subtemas da E1.

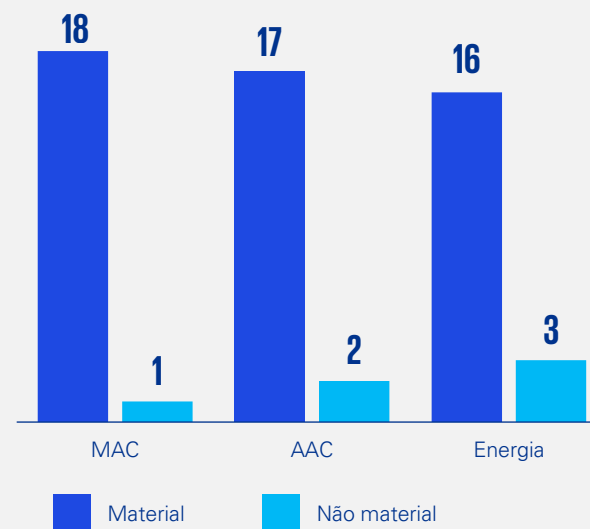
Relativamente à perspetiva de materialidade, das 19 empresas que classificam a E1 como material, 18 delas tem materialidade sob a perspetiva de impacto. Contudo, os impactos negativos são reportados com maior frequência do que os positivos (17 vs. 14), tendência similar a nível internacional.

Principais Lições

- Quase todas as empresas consideram a E1 Alterações Climáticas como **material**, sendo a mitigação climática, especialmente ligada às emissões de GEE, tratada como tema central pelas empresas.
- A maioria das empresas aborda a E1 Alterações Climáticas sob a **perspetiva do impacto negativo e/ou do risco** financeiro apresentado.

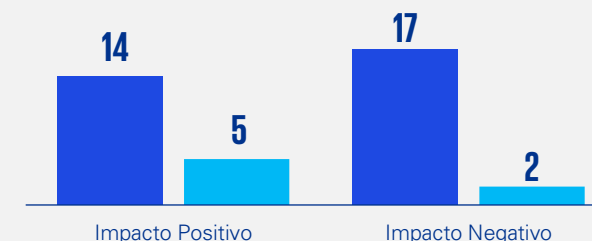
Número de IROs materiais por subtemas

MAC, AAC, e Energia



Materialidade de Impacto e Financeira em número de IROs materiais

Materialidade de Impacto



Materialidade Financeira



3.02 E1. Alterações Climáticas

Plano de Transição & Metas *Net-Zero*

As empresas analisadas demonstram uma ambição climática significativa nos seus relatórios. 17 das 20 empresas definiram pelo menos uma meta de curto prazo. Dessas, oito apresentam um Plano de Transição em vigor, evidenciando o papel destas metas na promoção da descarbonização.

O processo de validação com referenciais como o da *Science Based Targets Initiative* (SBTi), que orienta a definição de metas de redução de emissões baseadas em dados científicos, revela-se uma tendência.

As metas de curto prazo – fundamentais para assegurar um progresso mensurável e promoção da descarbonização nos três âmbitos – são as mais utilizadas para início de caminho, sendo que, entre as 20 empresas analisadas, nove solicitaram a validação das suas metas de curto prazo para estes âmbitos e duas aguardam validação. Seis entidades apresentam metas ainda não validadas pela SBTi.

No que respeita às metas de neutralidade carbónica (*Net Zero*), nove empresas estabeleceram metas, mas apenas três obtiveram validação pela SBTi. Mais de metade das empresas ainda não definiu metas *Net Zero*, refletindo uma tendência observada a nível internacional, dada a complexidade e o desafio inerentes à sua definição e implementação.

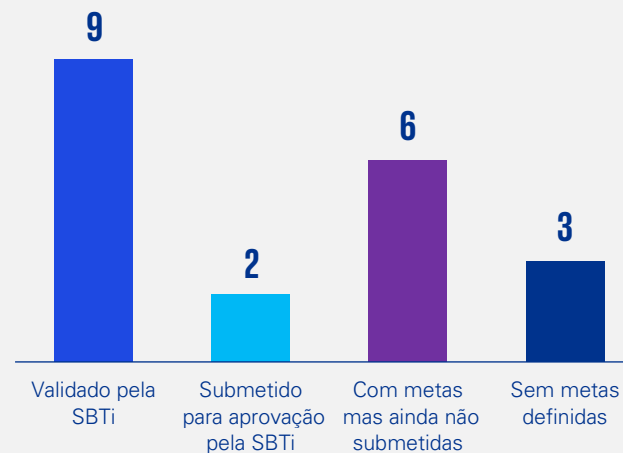
Principais Lições

- As empresas demonstram um **compromisso na divulgação de metas climáticas** de curso prazo, sendo o maior desafio a definição de metas *Net-Zero*.
- Os desafios da **gestão de dados e desenvolvimento tecnológico** são os maiores desafios para o compromisso com o *Net-Zero*.

No âmbito da norma ESRS E1 – Alterações Climáticas, as empresas devem divulgar se estabeleceram metas de redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE). Devem igualmente indicar se dispõem de um Plano de Transição para a mitigação das alterações climáticas, explicando de que forma as suas metas estão alinhadas com o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C, em conformidade com o Acordo de Paris. O plano deve identificar as principais ações e investimentos necessários para alcançar essas metas e colmatar o desfasamento entre o desempenho atual e os objetivos climáticos definidos.

Metas de curto prazo em linha com SBTi

Metas de âmbito 1, 2 e 3



Metas *Net Zero* em linha com SBTi

Metas de âmbito 1, 2 e 3



3.03 E1. Alterações Climáticas

Âmbitos 1, 2 e 3

A ESRS E1-4 visa reforçar a credibilidade dos esforços de mitigação climática, exigindo que as empresas divulguem as suas metas de redução de emissões. Estas metas devem ser apresentadas em valor absoluto e, sempre que relevante, também em valor relativo, como emissões por unidade de produção ou por volume de negócios. A definição e monitorização destas metas permitem acompanhar o progresso da descarbonização ao longo do tempo. Para além disso, as empresas devem divulgar as emissões de GEE em todos os três âmbitos: emissões diretas (âmbito 1), emissões indiretas provenientes de energia adquirida (âmbito 2) e outras emissões indiretas ao longo da cadeia de valor (âmbito 3). A norma ESRS E1 baseia-se na metodologia do *GHG Protocol* (Protocolo de Cálculo da Pegada de Carbono), configurando no entanto requisitos específicos tais como uma abordagem “híbrida” de controlo financeiro e operacional e de divulgação mais completas (ex: requer âmbito 2 em “location based” e em “market-based” e algumas métricas e metas divulgadas em valores brutos).

As metas de intensidade, que calculam as emissões por unidade de produção, permitem às empresas demonstrar melhorias na eficiência, mesmo em contexto de crescimento das operações. No entanto, estas metas podem não refletir uma redução nas emissões totais.

Por outro lado, as metas em valor absoluto visam reduzir as emissões totais independentemente do crescimento, oferecendo um caminho mais direto para a neutralidade carbónica (*Net Zero*), embora possam dissimular ganhos de eficiência e ser influenciadas por fatores externos, como variações na produção.

Deste modo, a definição simultânea de metas em valor absoluto e de redução de intensidade contribui para o acompanhamento do progresso da descarbonização, tanto a nível unitário como em termos de impacto total. A figura à direita evidencia que a maioria das empresas estabeleceu metas de redução em valor absoluto para os âmbitos 1 e 2, mas apenas oito o fizeram para o âmbito 3.

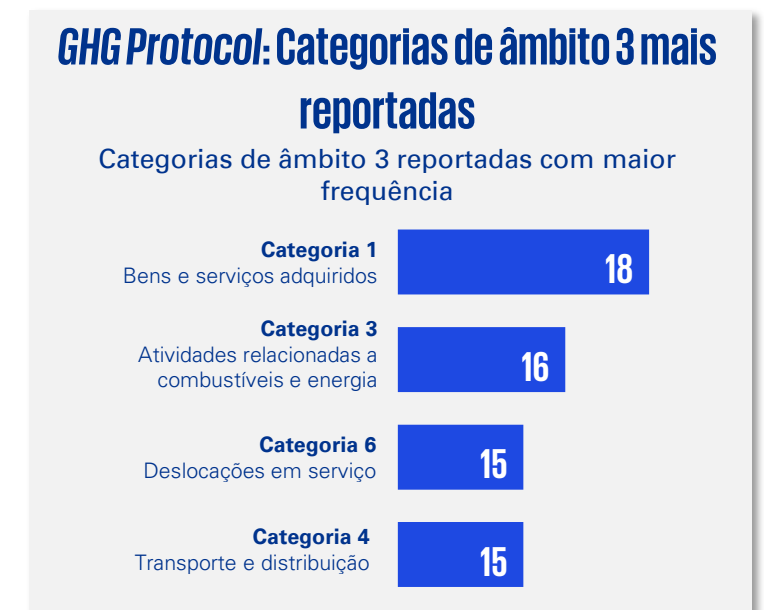
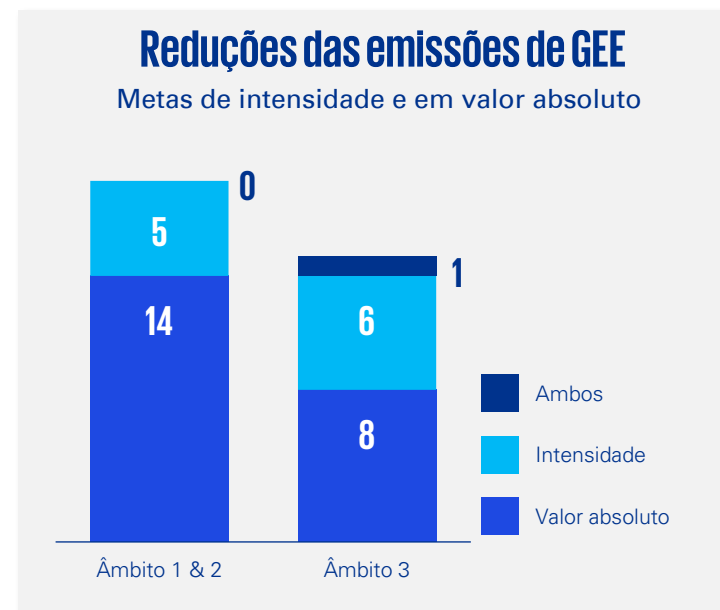
Quanto às metas de intensidade, observa-se uma distribuição semelhante para os âmbitos 1 e 2 (cinco empresas) e ligeiramente superior para o âmbito 3 (seis empresas).

Para abordar eficazmente as alterações climáticas, é essencial incluir também as emissões de âmbito 3 em valor absoluto, uma vez que este âmbito representa frequentemente a maior parte da pegada de carbono total das empresas.

Inclui-se no âmbito 3 todas as emissões indiretas ao longo da cadeia de valor, desde a aquisição a montante até à utilização e eliminação do produto a jusante. Das 15 categorias de emissões de âmbito 3 definidas pelo *GHG Protocol*, as categorias mais reportadas, independentemente do setor, são as categorias 1, 3, 6 e 4, na respetiva ordem, o que demonstra a relevância de cada organização ter o cálculo da pegada de carbono dos seus produtos para fornecer dentro da sua cadeia de valor.

Principais Lições

- Em conformidade com as recomendações da SBTi, as empresas devem **estabelecer metas em valor absoluto e baseadas na intensidade**, sempre que apropriado. Na maioria dos casos, a combinação das duas abordagens pode proporcionar uma estratégia mais equilibrada e transparente para acompanhar o progresso e impulsionar ações climáticas significativas.



4.01 Efeitos Financeiros

Efeitos financeiros atuais – E1. Alterações Climáticas

Os resultados indicam que, em 10 empresas, não foi identificada qualquer divulgação sobre os efeitos financeiros atuais decorrentes de riscos climáticos, tendência igualmente observada a nível internacional. Este resultado reflete o facto de se tratar de uma temática relativamente nova para grande parte das organizações, que exige primeiro a realização de uma análise de riscos climáticos e, apenas posteriormente, a modelação dos efeitos financeiros.

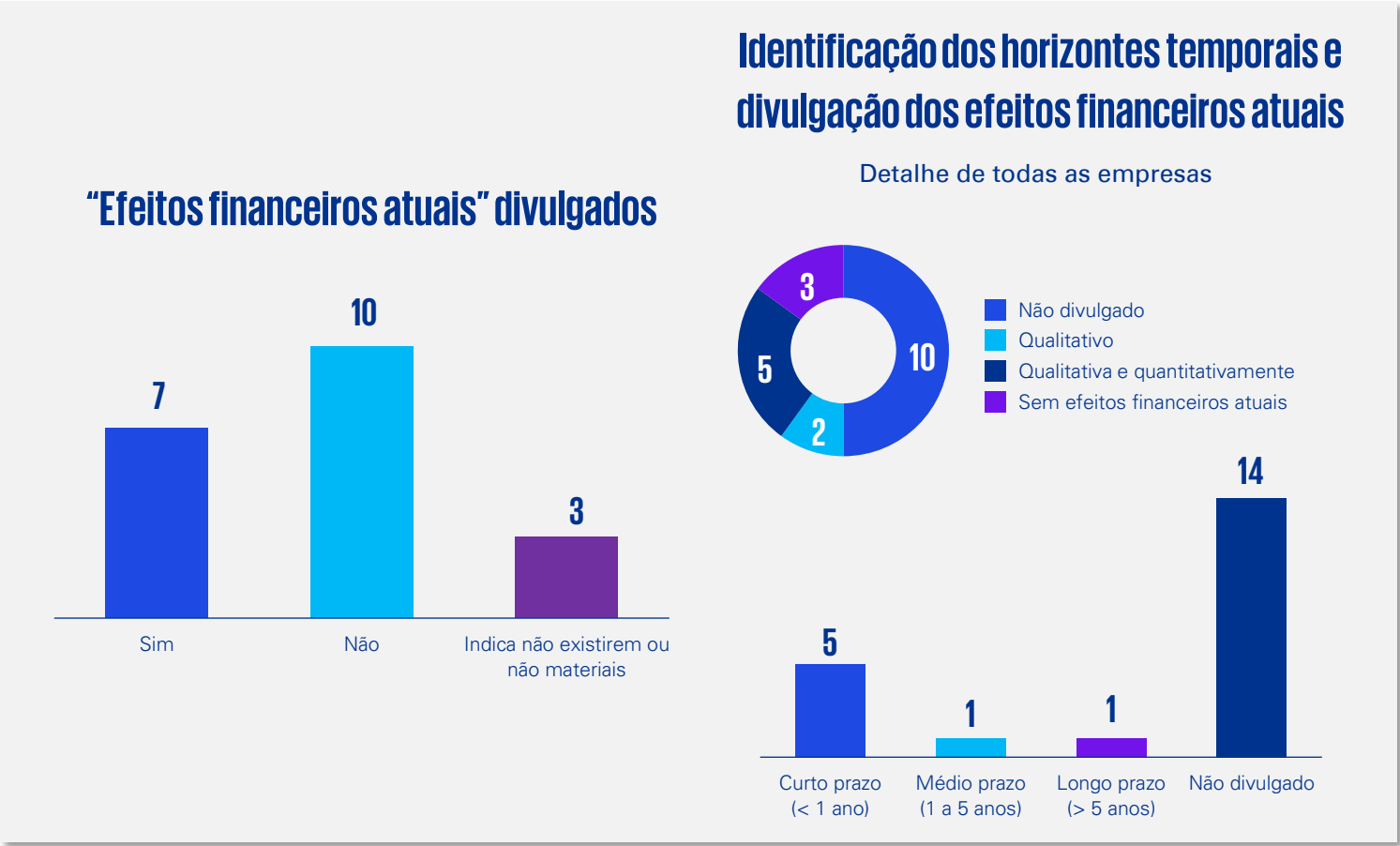
Das sete empresas que divulgaram os efeitos financeiros, 5 recorreram a métodos quantitativos e qualitativos e cinco realizaram divulgações de curto prazo, pelo menos. De realçar que apenas uma empresa sinalizou o tema como um todo como não material, enquanto que duas indicaram não possuir efeitos financeiros a reportar.

Além disso, observou-se uma grande diversidade nas abordagens adotadas, tanto no nível de detalhe como na forma de apresentação, o que pode dificultar a compreensão por parte do leitor e a comparação entre empresas. Para melhorar a clareza e a utilidade destas divulgações, seria recomendável que as organizações adotassem uma terminologia consistente, referenciassem claramente os efeitos financeiros atuais e indicassem a metodologia utilizada para quantificação, incluindo os horizontes temporais considerados.

Principais Lições

- A **divulgação quantitativa** dos efeitos financeiros é conseguida ainda por cerca de ¼ das empresas, sendo no entanto esta informação cada vez mais procurada por bancos, seguradoras e investidores, que os procuram incorporar nos seus modelos de risco e decisão, pelo que apesar dos *phase-ins*, esta informação quando reportada assegurará maior conforto e diferenciação positiva junto desses *stakeholders*. Adicionalmente, sem essa análise não é possível, por exemplo, decidir sobre investimentos que aumentem a resiliência dos ativos.

O parágrafo 48 da ESRS 2 estabelece que as empresas devem divulgar os efeitos financeiros dos riscos e oportunidades materiais. Os efeitos financeiros devem ser reportados em conformidade com o horizonte temporal identificado. Contudo, trata-se de um desafio complexo para as organizações. A análise dos relatórios revela uma ampla diversidade nas divulgações relativas a estes efeitos, tanto em termos de conteúdo e nível de detalhe, como quanto aos locais em que a informação é apresentada.



IROs materiais

A ESRS E4 reconhece a biodiversidade como um elemento central para a sustentabilidade ambiental e a estabilidade económica, alinhando-se com a Estratégia da UE para a Biodiversidade 2030. A norma exige que as empresas divulguem os seus impactos e dependências em relação à biodiversidade e aos ecossistemas, bem como as ações e estratégias de mitigação adotadas. Destaca-se a importância da biodiversidade para a resiliência empresarial a longo prazo, incentivando o uso de métricas e indicadores claros que permitam monitorizar o desempenho e integrar a biodiversidade nas decisões estratégicas e na cadeia de valor, reforçando transparência e confiança junto dos *stakeholders*.

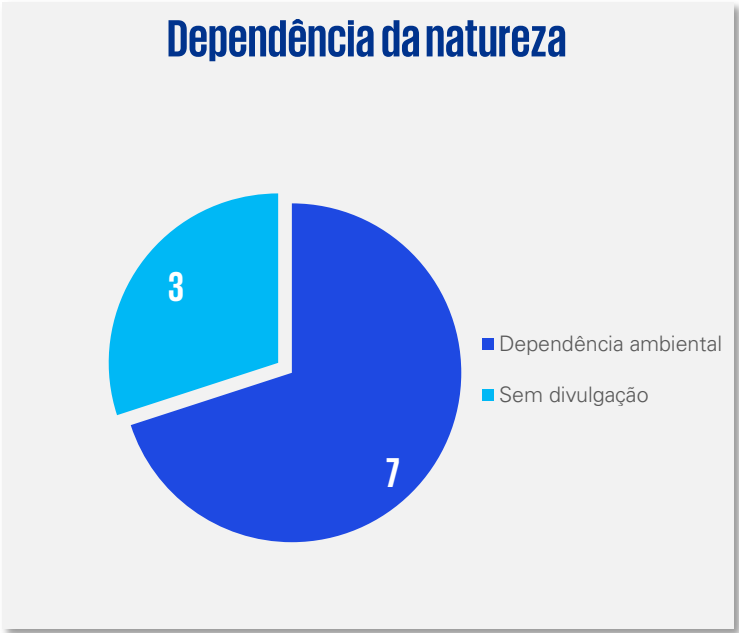
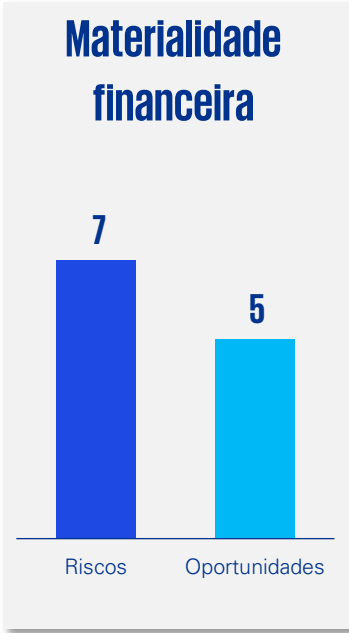
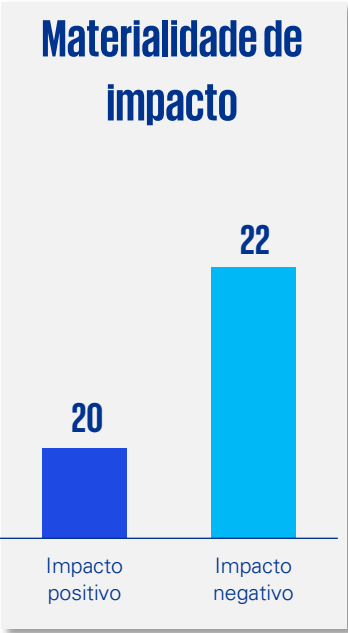
De acordo com o parágrafo 29 da ESRS 1 e o Apêndice C da ESRS 2, as empresas devem divulgar as informações exigidas pelo IRO-1 constantes na ESRS E4. Na presente análise, metade das empresas para as quais este requisito era relevante não o cumpriu integralmente.

Das 10 empresas que identificaram a ESRS E4 como material, todas o fizeram sob a perspetiva de impacto, sendo que nove reportaram pelo menos um impacto negativo, com oito destes classificados como impactos reais e contínuos.

Por outro lado, apenas seis das 10 empresas consideraram a norma E4 material sob a perspetiva financeira, existindo um equilíbrio entre riscos e oportunidades. A maioria destas empresas avaliou ou divulgou os efeitos financeiros previstos dessas oportunidades, o que é permitido durante o período de introdução progressiva.

De acordo com o parágrafo 17(b) da ESRS E4, as empresas devem avaliar a sua dependência da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos em todas as suas operações e cadeias de valor. Entre as empresas que consideraram a norma material, sete de 10 reportaram ter realizado essa avaliação, enquanto três não disponibilizaram qualquer informação a respeito da dependência.

Adicionalmente, oito empresas realizaram avaliações das suas cadeias de valor de alto impacto, embora na maioria dos casos as informações divulgadas tenham sido limitadas. Esta restrição pode refletir os desafios inerentes à avaliação de dados relacionados com a biodiversidade, sobretudo em cadeias de valor complexas.



Principais Lições

- O reporte da biodiversidade deve ser entendido não apenas como requisito regulatório, mas como **elemento central para a criação de valor sustentável e uma gestão de riscos eficaz**.

5.02 E4. Biodiversidade

Avaliação de Impactos e de Riscos

Das 20 empresas analisadas, onde apenas 10 consideraram o tema da biodiversidade material, oito realizaram avaliações de risco ambiental, centradas, geralmente, em como fatores ambientais – como a perda de biodiversidade – podem representar riscos para as operações ou ativos da empresa.

A maioria dessas divulgações (oito de 10) abordou tanto riscos de transição, associados a contextos em transformação, como riscos sistemáticos, relacionados com perturbações ecológicas em larga escala.

As avaliações de impacto ambiental foram conduzidas por 10 empresas, com um nível de detalhe e profundidade que variou consideravelmente. Com base nas divulgações, nem sempre foi possível determinar se esta variação se devia a informações concisas ou limitadas ou, de facto, a avaliações de impacto menos aprofundadas.

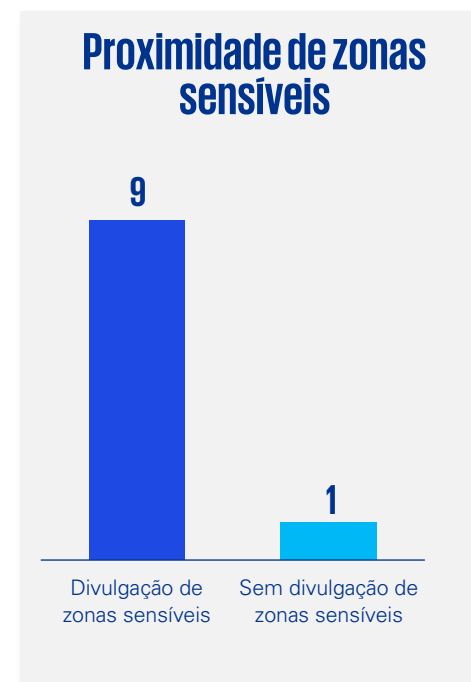
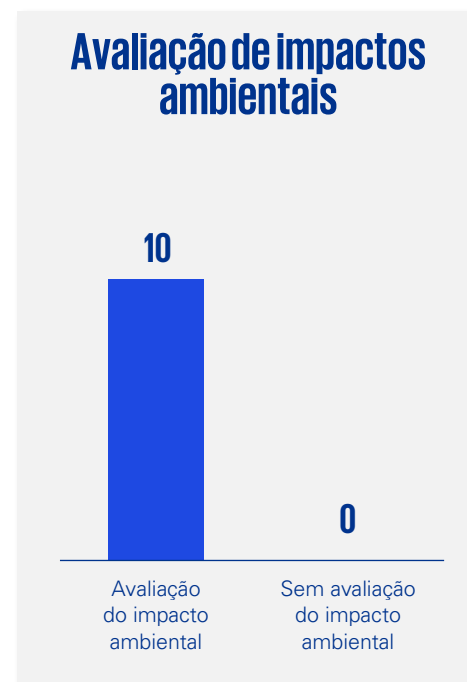
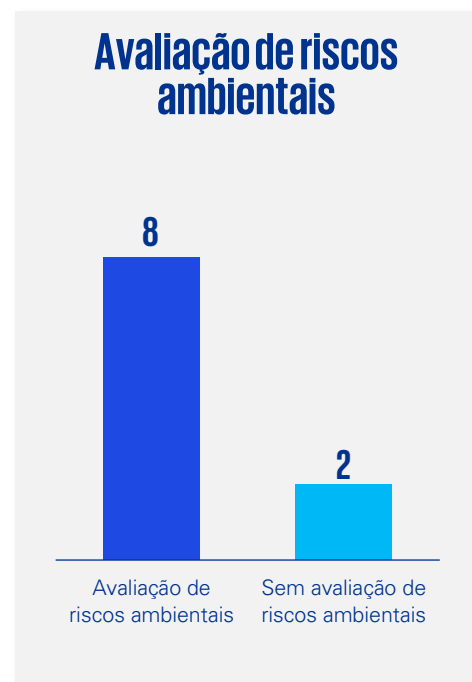
De acordo com os parágrafos 17 a 19 da ESRS E4, as empresas são obrigadas a avaliar a materialidade da biodiversidade, identificando os IROs e as dependências associados em todas as suas operações e cadeias de valor. No âmbito desta avaliação, as empresas devem, em primeiro lugar, comunicar se existe um impacto ambiental real ou potencial. Em segundo lugar, devem divulgar se possuem locais situados em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade ou em *habitats* protegidos, indicando igualmente se foram implementadas medidas de proteção da biodiversidade. As empresas devem ainda envolver as comunidades afetadas e utilizar análises de cenários para avaliar os riscos a longo prazo, garantindo que a gestão da biodiversidade seja integrada de forma estratégica e sustentável nas operações e na cadeia de valor.

De acordo com o parágrafo 19a da ESRS E4, que remete para o IRO-1 da ESRS 2, as empresas devem divulgar especificamente se possuem locais situados em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade ou nas suas imediações. A maioria das empresas (nove de 10) cumpriu este requisito.

No entanto, a divulgação de impactos a nível local continua limitada, indicando uma necessidade potencial de maior investimento em análises e reporte de biodiversidade, incluindo o desenvolvimento de competências especializadas e a recolha de dados geoespaciais mais detalhados.

Principais Lições

- Embora algumas empresas realizem avaliações de riscos ambientais, o reporte continua limitado e pouco detalhado, o que dificulta a compreensão da robustez dessas análises. Além disso, apesar de a maioria indicar operações em zonas sensíveis, a divulgação de impactos a nível local permanece escassa, evidenciando a **necessidade de maior investimento em metodologias**, competências especializadas e dados geoespaciais.



5.03 E4. Biodiversidade

Métricas e Metas

A ESRS E4 incentiva as empresas a estabelecer e divulgar metas mensuráveis e calendarizadas em matéria de biodiversidade. A norma exige informações detalhadas sobre metas, métricas, alinhamento com quadros globais e limites ecológicos, incluindo a obrigação de reportar caso não sejam definidas metas. As empresas devem também divulgar métricas, metodologias e impactos em zonas sensíveis, especialmente quando as suas operações afetam a utilização da terra, água doce ou mar. Os requisitos de divulgação E4-5 e E4-6, em particular, estabelecem pontos específicos de reporte para cada tema, garantindo transparência e consistência na comunicação sobre biodiversidade.

Das 10 empresas que consideraram a temática biodiversidade como material, nove delas estabeleceram metas, embora o seu âmbito e conteúdo variem, por exemplo, compensação de impactos na biodiversidade, agricultura sustentável ou conservação ambiental, com prazos geralmente até 2030. Todas as empresas fornecem métricas abrangentes; no entanto, na maioria dos casos, estas não refletem plenamente o alcance das suas políticas em matéria de biodiversidade.

Por exemplo, embora as políticas prevejam a conservação de *habitats* e a gestão sustentável, as métricas divulgadas focam-se sobretudo em hectares de conservação ou madeira certificada, deixando de fora aspetos como fauna e conectividade ecológica. Estes resultados indicam que, no domínio da biodiversidade, as empresas ainda necessitam de investir na sua capacidade de avaliar e monitorizar o desempenho.

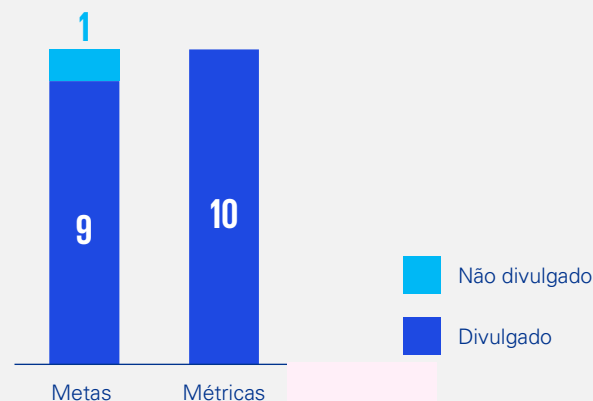
A regulamentação atual fornece uma base para a divulgação de informações, mas normas voluntárias, como o *Taskforce on Nature-related Financial Disclosures* (TNFD), a *Science Based Targets Network* (SBTN) e a abordagem LEAP, oferecem orientações valiosas para integrar riscos relacionados com a natureza na estratégia e no planeamento corporativo. A adoção destas normas continua, contudo, limitada, sendo que apenas oito empresas as incorporaram nas suas avaliações de biodiversidade.

Deste modo, a avaliação e divulgação de riscos relacionados com a biodiversidade permanecem significativamente menos avançadas do que as práticas equivalentes em matéria de clima.

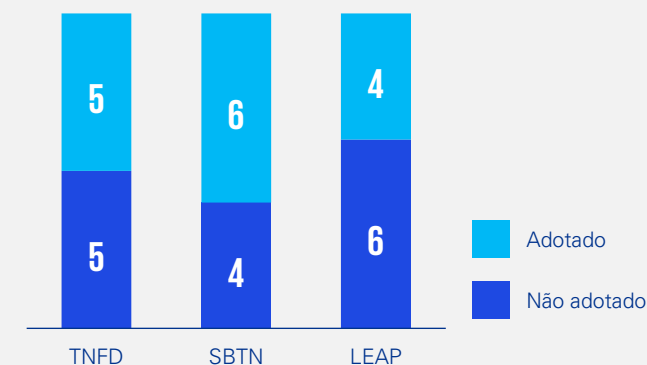
Principais Lições

- As organizações devem, em primeiro lugar, **melhorar a sua compreensão** das dependências da natureza e obter uma visão mais profunda dos impactos nas suas cadeias de valor. A partir desta base, podem alavancar de forma mais eficaz quadros voluntários – como **TNFD, SBTN e LEAP** – para orientar as suas avaliações e integrar métricas robustas de biodiversidade nas suas estratégias de sustentabilidade.

Metas e métricas



Quadros de reporte da biodiversidade



IROs materiais

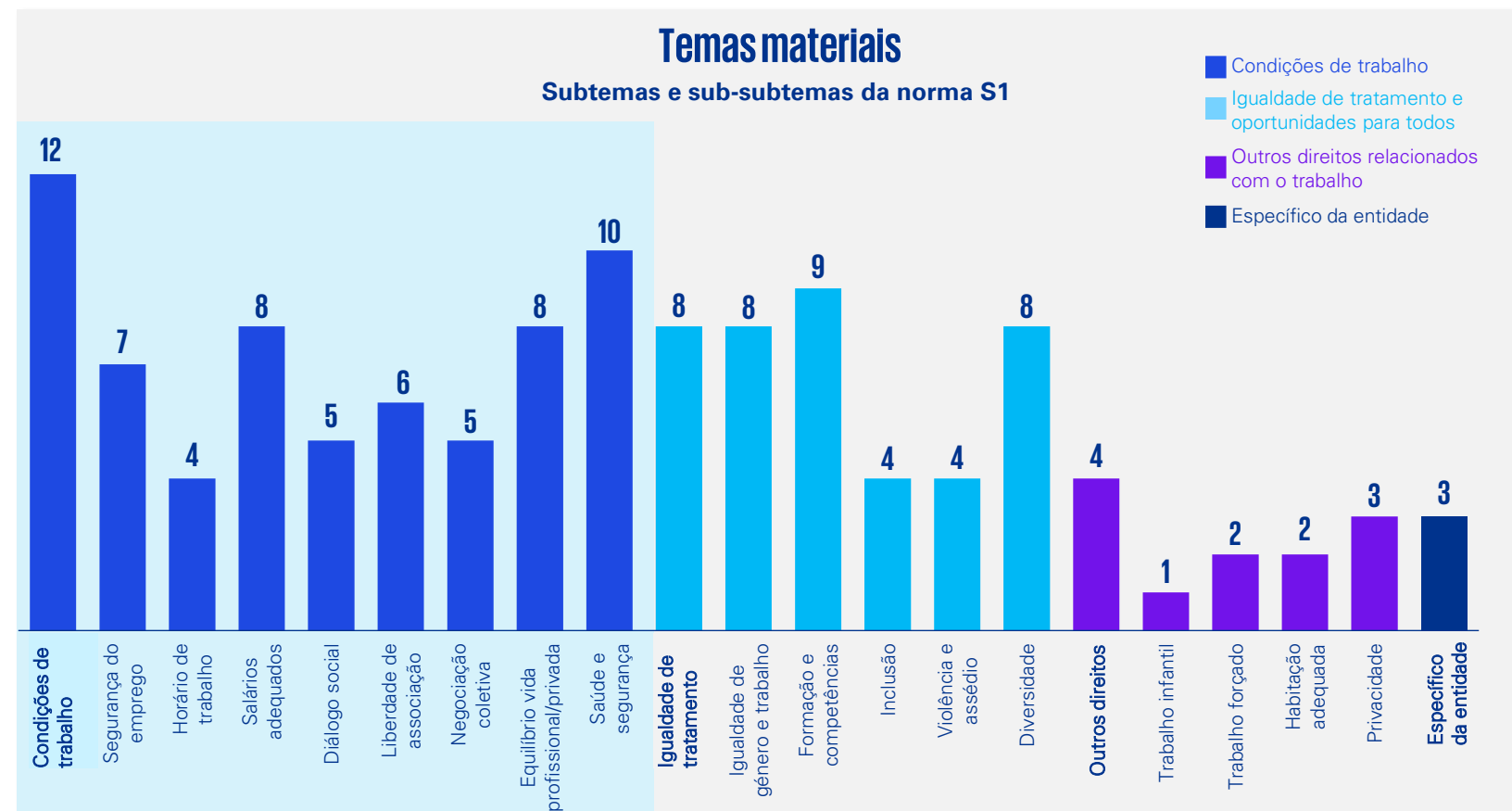
Todas as 20 empresas avaliaram a ESRS S1 como material, seja do ponto de vista da materialidade de impacto ou da materialidade financeira.

A maioria das empresas (12 de 20) realizou a sua Análise de Dupla Materialidade (ADM) ao nível dos subtemas, com base na lista fornecida no AR16 da ESRS 1, identificando, por exemplo, o subtema mais amplo de “Condições de Trabalho” como material, em vez de recorrer aos sub-subtemas específicos incluídos nesse subtema. Por outro lado, oito empresas realizaram a ADM ao nível mais granular dos sub-subtemas.

Ao optar por uma classificação mais abrangente, a comparabilidade entre empresas torna-se mais difícil e complica o mapeamento dos IROs para políticas, ações e metas específicas (PAT). Em contrapartida, as empresas que efetuaram a ADM ao nível do sub-subtema proporcionam um alinhamento mais claro entre as descrições dos IROs e das PAT.

As matérias identificadas como materiais com maior frequência incluem “Saúde e Segurança”, “Salários Adequados” e “Diversidade”. Apenas quatro empresas identificaram “Outros Direitos Relacionados com o Trabalho”, abrangendo trabalho infantil, trabalho forçado, habitação adequada e privacidade, como material. Adicionalmente, três empresas destacaram temas específicos relacionados com a S1, sendo “Igualdade de Tratamento e de Oportunidades para Todos” o mais comum.

A norma S1 - Mão de Obra Própria abrange três subtemas: condições de trabalho, igualdade de tratamento e de oportunidades para todos, e outros direitos relacionados com o trabalho. Cada subtema é composto por vários sub-subtemas, permitindo um mapeamento mais preciso dos impactos, riscos e oportunidades materiais, com vista a aumentar a clareza nos requisitos de reporte. Neste contexto, procedemos a uma análise mais profunda dos principais requisitos de divulgação, com enfoque nos IRO, para identificar aspetos em comum e abordar os desafios relacionados com o reporte.



6.01 S1. Mão de Obra Própria

IROs materiais

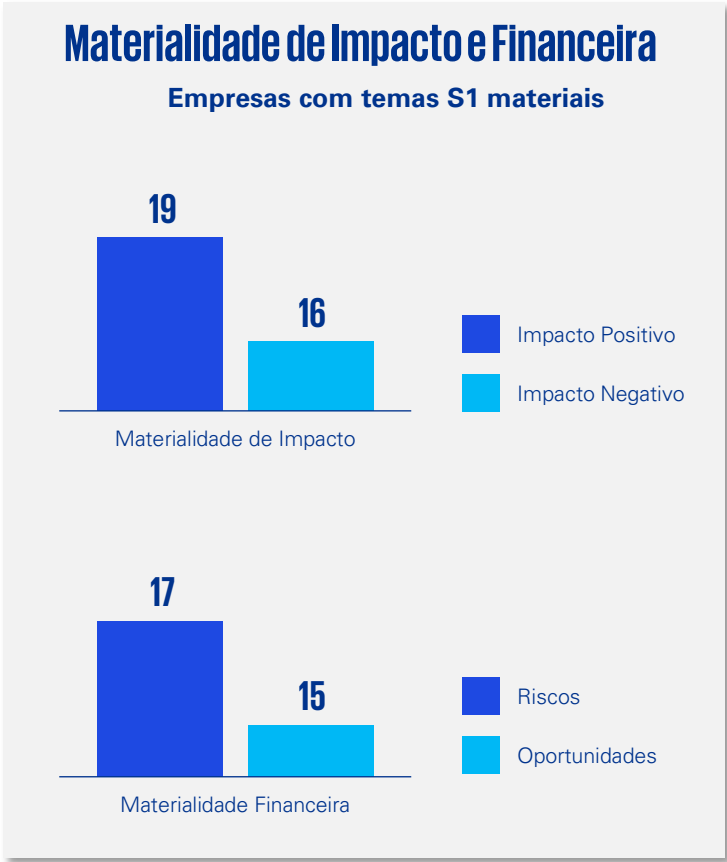
Das 20 empresas que consideraram o tema como material, 18 classificaram a ESRS S1 como material tanto sob a perspectiva de impacto quanto sob a perspectiva financeira. Na avaliação dos impactos, os impactos materiais positivos foram reportados com maior frequência do que os impactos negativos (19 vs. 16).

De forma semelhante, os riscos financeiros materiais foram identificados com mais regularidade do que as oportunidades financeiras (17 vs. 15), sugerindo uma maior ênfase na mitigação de riscos do que na exploração de oportunidades.

Estes resultados encontram-se alinhados com os resultados globais que demonstram o envolvimento das organizações nas temáticas sociais, nomeadamente no que se relaciona com saúde e segurança dos colaboradores.

Principais Lições

- Os IROs identificados num subtema, em vez de num sub-subtema, tornam as divulgações menos específicas, o que diminui a comparabilidade entre empresas. Além disso, a ampliação do nível de um **sub-subtema facilita a identificação de datapoints relevantes e a orientação eficaz** sobre os IROs identificados.



Métricas e Metas

No domínio dos temas sociais, a definição de métricas e metas é essencial para que as empresas possam monitorizar e orientar o seu desempenho. A divulgação de metas calendarizadas e orientadas para os resultados contribui igualmente para a responsabilização e a transparência. Neste contexto, o requisito de divulgação S1-5 exige que as empresas reportem as metas que tenham definido, enquanto os requisitos S1-6 a S1-17 se concentram nas métricas utilizadas para acompanhar o progresso.

Metas

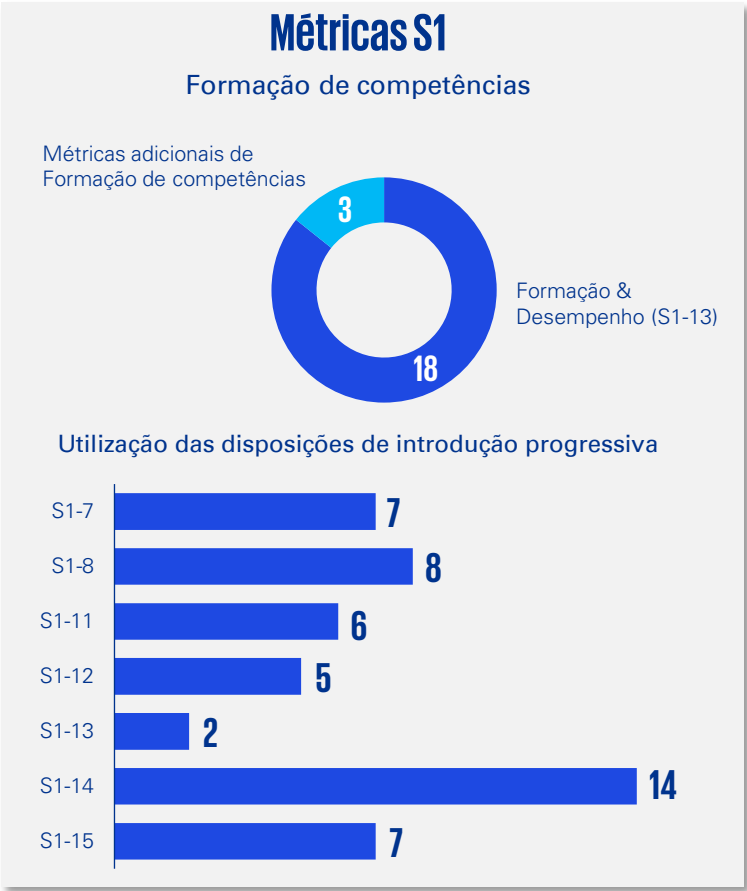
Apesar de todas as empresas terem considerado a ESRS S1 como material, apenas 19 divulgaram metas relacionadas com a mão de obra própria, sendo a clareza sobre a forma como essas metas orientam os subtemas materiais bastante variável. Embora 16 empresas tenham apresentado metas estruturadas e calendarizadas, oito delas foram além, especificando metas por sub-subtema material. Em contrapartida, quatro empresas ainda não estabeleceram metas calendarizadas.

As metas mais comuns incidem sobre formação e desenvolvimento de competências, saúde e segurança, igualdade de género, igualdade de remuneração por trabalho de igual valor e diversidade.

Métricas e utilização do período de introdução progressiva

A formação de competências surge como um tema central, identificado como material por 18 empresas, sendo o subtema mais recorrente em toda a amostra.

Relativamente à utilização das disposições, 17 das 20 empresas analisadas recorreram às disposições de introdução progressiva previstas na norma S1, conforme descrito no Apêndice C da ESRS 1. Todavia, torna-se essencial adotar rigor metodológico na avaliação dos datapoints omitidos sob este enquadramento, de forma a assegurar consistência e comparabilidade nas divulgações.



- A maioria das empresas define metas relacionadas com a mão de obra, centradas na formação e desenvolvimento de competências, saúde e segurança, igualdade de género, igualdade remuneratória por trabalho de igual valor, e diversidade.

IROs materiais

Das 20 empresas incluídas na presente análise, 16 consideram a norma G1 como material, seja do ponto de vista do impacto ou do ponto de vista financeiro (ou ambos). Todas as empresas divulgam os critérios utilizados no processo de identificação dos IROs em relação à G1, incluindo, pelo menos, a localização e a atividade, em conformidade com o parágrafo seis da G1.

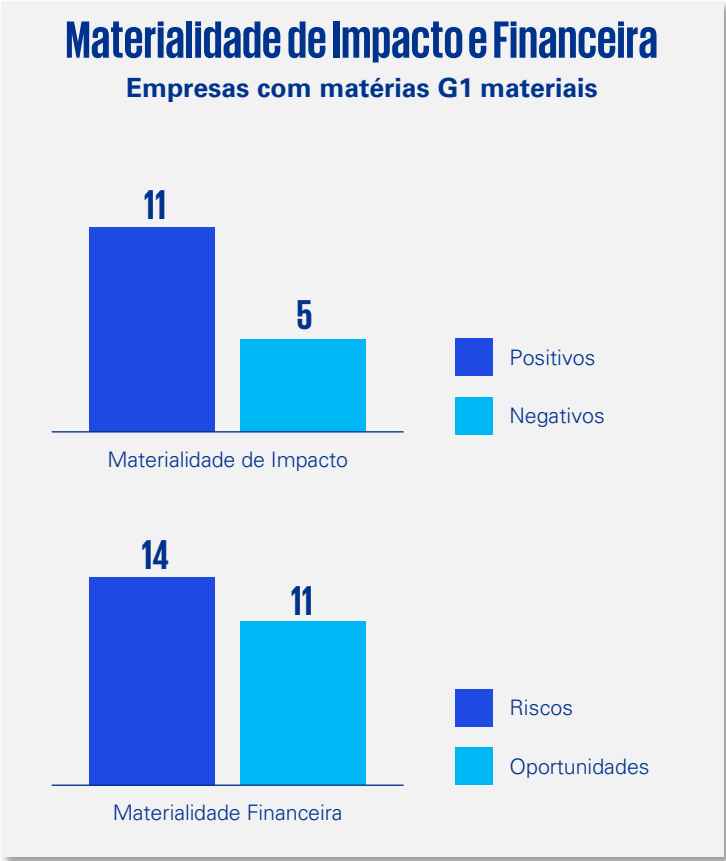
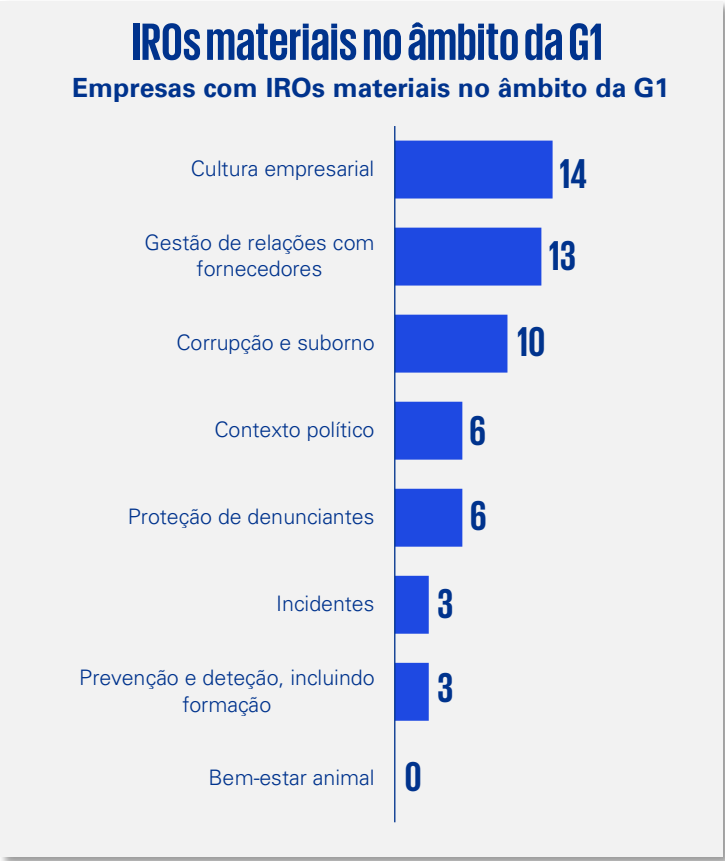
Os subtemas comunicados com maior frequência no âmbito da G1 são “Cultura empresarial”, “Gestão das relações com fornecedores”, e “Corrupção e suborno”.

Oito empresas identificaram matérias que não estão incluídas no Requisito de Aplicação 16 da ESRS 1. Destas empresas, sete identificaram explicitamente os IROs correspondentes como específicos da entidade, enquanto apenas uma não apresentou tal esclarecimento.

Conforme observado em outras normas temáticas, existe uma variação significativa na forma como as empresas classificam os IRO.

A G1 é mais frequentemente avaliada como material do ponto de vista financeiro (15 empresas) do que do ponto de vista do impacto (12). Os impactos positivos foram identificados com mais frequência do que os impactos negativos (11 vs. cinco), ao passo que os riscos financeiros foram reconhecidos com mais frequência do que as oportunidades financeiras (14 vs. 11), evidenciando um maior enfoque na consciencialização dos riscos.

A norma G1 – Conduta Empresarial abrange temas como ética e cultura empresarial, combate à corrupção e suborno, proteção dos denunciantes, bem-estar animal, gestão das relações com fornecedores e atividades de influência política. Observa-se, contudo, uma variedade considerável nas matérias de sustentabilidade divulgadas ao abrigo desta norma. As divulgações incluem ainda um número significativo de IROs específicos da entidade, refletindo particularidades próprias de cada empresa.



Métricas e Metas

As métricas e metas constituem elementos centrais para a monitorização e avaliação do desempenho das empresas no âmbito da G1 das ESRS. Estas permitem quantificar e acompanhar progressos em áreas críticas, como ética empresarial, combate à corrupção e suborno, proteção de denunciantes, bem-estar animal, gestão das relações com fornecedores e atividades de influência política. A definição de metas calendarizadas e orientadas para resultados, acompanhadas de métricas claras e comparáveis, contribui para a transparência e responsabilização das organizações, permitindo aos *stakeholders* avaliar o compromisso e a eficácia das ações implementadas. Além disso, a adoção de indicadores consistentes facilita a identificação de *gaps* de desempenho e a integração destes temas na estratégia e na tomada de decisão da empresa.

Entre as 16 empresas que identificaram IROs materiais relacionados com a norma G1 – Conduta Empresarial, 10 reportaram a definição de metas, sejam estas de natureza quantitativa, qualitativa ou mista. Muitas dessas metas estão focadas na ética empresarial, com nove empresas a comunicarem objetivos específicos nesta área.

Embora não seja obrigatório que as empresas estabeleçam metas calendarizadas e orientadas para resultados, o parágrafo 81(b) da ESRS 2 exige que seja divulgado se, não obstante a ausência de metas, a empresa acompanha a eficácia das suas políticas e ações em relação aos IROs materiais. Neste sentido, 18 empresas descreveram as suas políticas e ações em vigor.

Contudo, nem sempre é claro, com base nas divulgações, como e em que medida as empresas monitorizam a eficácia dessas políticas e ações. Esta lacuna evidencia a necessidade de maior clareza na comunicação e de metodologias robustas de monitorização e reporte, que permitam avaliar o impacto real das iniciativas de conduta empresarial e fortalecer a responsabilização e a transparência junto dos *stakeholders*.

Principais Lições

- As **divulgações específicas** da entidade podem aportar valor, mas também **podem limitar a comparabilidade**. Em alguns casos, a necessidade de divulgações específicas da entidade, no âmbito da G1, não é evidente.
- **Metade das empresas já estabeleceu metas** relacionadas com a G1, embora não o tenha feito para cada um dos IROs identificados.



8.01 Métodos de Análise de Dados

Recolhas de Dados e Análise de Práticas ESG

Uma análise mais aprofundada das práticas de recolha, validação e gestão de dados ESG evidencia oportunidades de melhoria na eficiência dos sistemas informáticos (IT) e na transparência das metodologias e práticas de validação.

A utilização de Inteligência Artificial (IA) no contexto do reporte ESG permanece incipiente. Nenhuma das empresas analisadas referiu recorrer à IA nos seus processos de recolha de dados ou de controlo interno. Este resultado sugere que, apesar de existirem exemplos internacionais de organizações que começam a explorar ferramentas de IA para análises relacionadas com a Avaliação de Dupla Materialidade (ADM), a sua integração nos *workflows* centrais do reporte ESG ainda se encontra numa fase inicial.

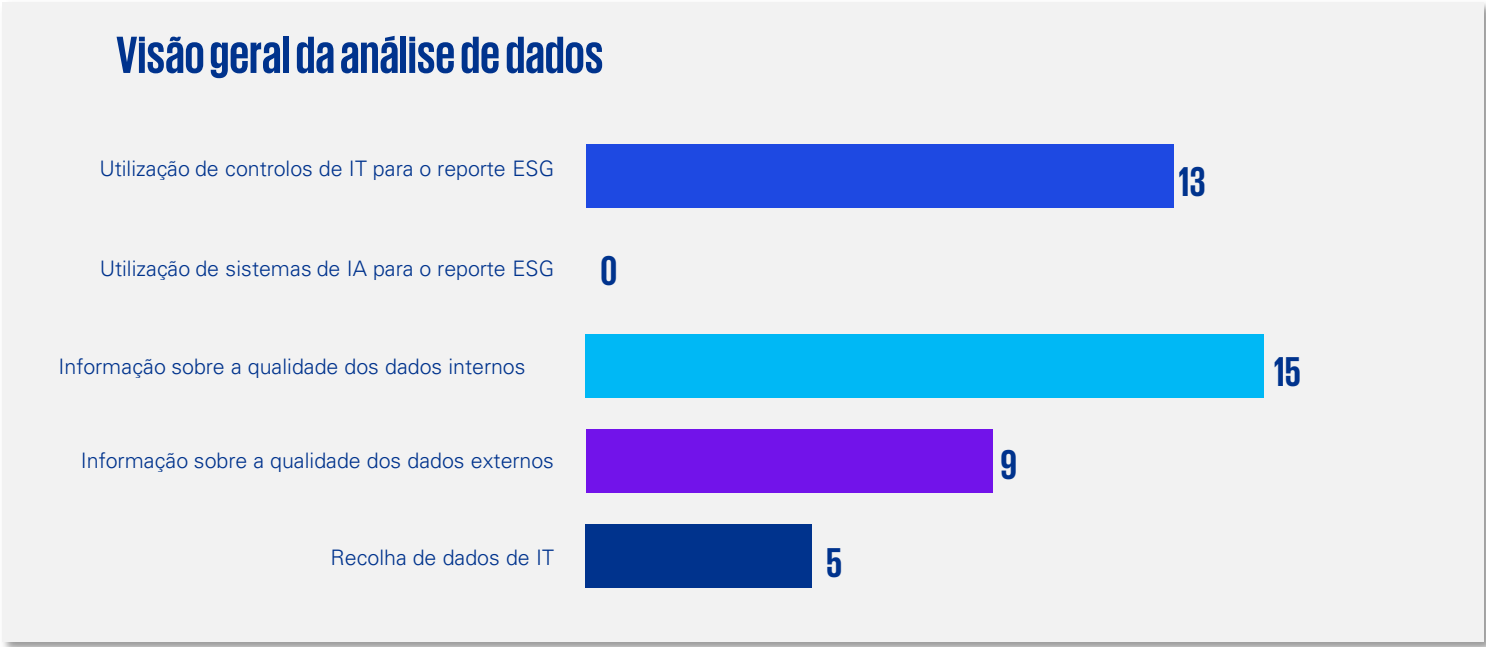
De forma geral, os controlos internos de dados estão divulgados e documentados, mas as práticas de validação de dados obtidos externamente revelam espaço para progressos. Muitas empresas dependem fortemente de informações provenientes de fornecedores e parceiros, mas poucas descrevem de forma detalhada os procedimentos de validação adotados, limitando-se frequentemente ao *benchmarking*.

As ESRS exigem que as empresas divulguem os seus processos de recolha, tratamento e análise de dados, de forma a garantir a fiabilidade e precisão das informações ESG reportadas. Tal implica a descrição das fontes de dados, das metodologias e pressupostos utilizados, bem como dos mecanismos de controlo interno aplicados, especialmente nos casos em que exista incerteza na mensuração. As empresas devem ainda abordar os riscos associados à integridade dos dados, à precisão das estimativas e à disponibilidade de informação ao longo da cadeia de valor. Estes requisitos encontram-se detalhados na ESRS 1, na ESRS 2 e nas respetivas normas temáticas, reforçando o objetivo de promover a transparência, a consistência e a verificabilidade das divulgações de sustentabilidade.

Esta falta de transparência não cumpre integralmente as exigências das ESRS, que requerem a divulgação clara de metodologias, pressupostos e limitações sempre que são utilizados dados estimados ou aproximados.

Adicionalmente, as divulgações sobre os sistemas IT utilizados na recolha de dados ESG são geralmente limitadas. Embora algumas

empresas mencionem a utilização de sistemas de planeamento de recursos empresariais (ERP) ou iniciativas de transformação digital, raramente especificam as plataformas e ferramentas concretas empregues. Essa ausência de detalhe reduz a transparência e dificulta a avaliação da robustez e fiabilidade das infraestruturas de dados ESG por parte dos *stakeholders* externos.



Principais Lições

- Práticas transparentes de gestão de dados são essenciais para assegurar a **fiabilidade, a precisão e a comparabilidade** das divulgações de sustentabilidade, fortalecendo a confiança dos *stakeholders*.
- A **existência de controlos internos rigorosos e uma validação externa clara** é essencial para cumprir os requisitos das ESRS e garantir a integridade dos dados.

8.01

Métodos de Análise de Dados

A maioria das empresas utilizou elementos visuais que facilitam a compreensão das Demonstrações de Sustentabilidade, tornando a comunicação mais clara e envolvente. Gráficos, tabelas e ícones mostraram-se particularmente eficazes na simplificação de conceitos complexos e na valorização da experiência de leitura.

Estas técnicas foram bem recebidas pelos revisores humanos, que as identificaram como um apoio relevante para a interpretação das informações. No entanto, as ferramentas de inteligência artificial revelaram limitações na leitura de determinados recursos visuais, exigindo maior esforço na definição de *prompts* adequados e na obtenção de resultados consistentes.

A conceção de Demonstrações de Sustentabilidade que considerem desde o início a interação com sistemas de IA revela-se uma estratégia vantajosa. Esse planeamento permite uma análise mais célere, garante maior consistência na extração da informação e reduz de forma significativa o risco de interpretações ambíguas ou incorretas das mensagens divulgadas.

Embora as capacidades da IA estejam em constante evolução e se desenvolvam de forma exponencial, é provável que, num futuro próximo, as divulgações em relatórios corporativos necessitem de legendas, etiquetas semânticas ou marcações adicionais. Este equilíbrio é essencial para garantir a utilidade e a credibilidade das Demonstrações de Sustentabilidade.

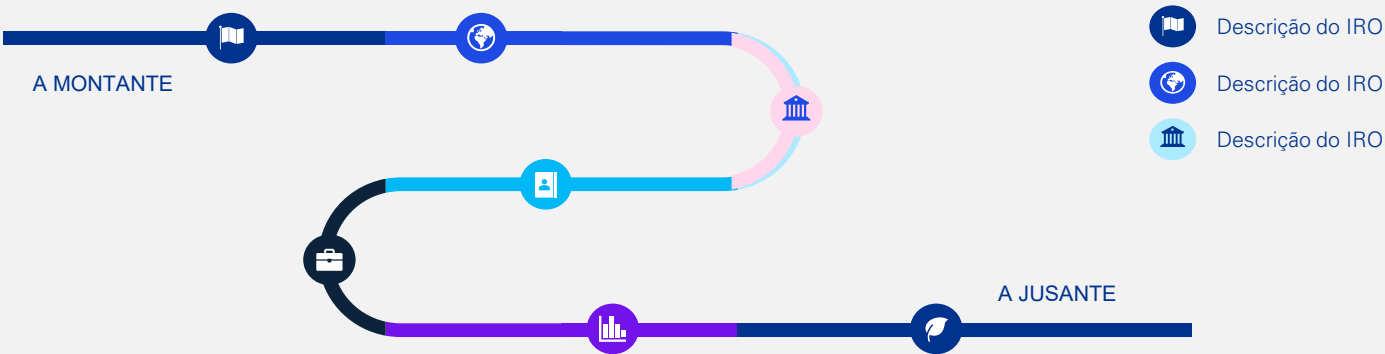
Sumário de IRO

Os humanos atribuíram uma pontuação elevada à legibilidade dos IROs apresentados numa tabela. Já as ferramentas de IA atuais tiveram dificuldades e exigiram algum treino.

Título	Classificação	Localização na cadeia de valor	Horizonte temporal
Descrição	- Impacto (positivo ou negativo); - Risco; ou, - Oportunidade.	- A montante; - Próprias operações; e/ou, - A jusante.	- Curto prazo; - Médio prazo; e/ou, - Longo prazo

Visualização da cadeia de valor

De forma similar, os humanos pontuaram muito bem as representações das cadeias de valor que explicavam o negócio e apresentavam os IRO. As ferramentas de IA tiveram dificuldade com as imagens e basearam-se nas descrições e em qualquer legenda apresentada para interpretar a mensagem.



9.01 Verificação Externa da Informação de Sustentabilidade

Nível de garantia de fiabilidade e conclusões

Dos 20 relatos de sustentabilidade em Portugal analisados, apenas um não foi objeto de verificação externa. 17 dos relatos foram objeto de garantia limitada de fiabilidade e dois dos relatos obtiveram garantia limitada e razoável (ou seja, parte da informação obteve uma garantia de fiabilidade com nível razoável). No universo global de 270 empresas, apenas quatro entidades não sujeitaram o seu relato a verificação externa, predominando igualmente a garantia limitada, sendo de destacar que uma entidade (a Allianz) apresentou o seu relato de sustentabilidade verificado integralmente com garantia razoável de fiabilidade.

Em Portugal nenhuma das conclusões dos auditores foi qualificada, tendo no entanto sido expressas limitações e ênfases. A maior parte das 19 limitações (18) referem-se a limitações inerentes relativamente a informação de natureza prospetiva, sendo e uma limitação encontrada relacionada com incerteza científica. A ênfase refere-se a métricas de remuneração e a totalidade dos 17 parágrafos de outras matérias decorreram de informação comparativa não auditada.

Principais Lições

- O conteúdo **prospetivo desafia a verificabilidade**. Os relatórios ESRS contêm planos de transição, metas e análises de cenários que dependem de pressupostos sobre o futuro. Este conteúdo prospetivo torna os relatórios **mais relevantes, mas também mais difíceis de verificar**.
- Os leitores poderiam beneficiar de relatórios de garantia de fiabilidade mais claros e **informativos** com a inclusão de secções do tipo “**Matérias relevantes de auditoria**” semelhantes às auditorias financeiras.

Portugal é um dos países em que a Diretiva CSRD ainda não foi transposta, pelo que a garantia de fiabilidade do relato de sustentabilidade por um auditor externo foi uma prática voluntária nos relatos de sustentabilidade relativos a 2024.

A garantia de fiabilidade pode assumir dois níveis de confiança: garantia razoável e garantia limitada. A garantia razoável de fiabilidade corresponde a um nível mais elevado de asseguuração, obtido através de procedimentos extensos que reduzem o risco de erro material a um nível aceitavelmente baixo.

Observando a visão mais ampla do estudo global, verifica-se que a maior parte das ênfases (28) destacam incertezas críticas em métricas e 22 ênfases destacam que o processo de avaliação de dupla materialidade depende do julgamento da gestão, limiares e pressupostos, o que pode levar a uma cobertura incompleta de impactos e riscos. 19 ênfases destacam incertezas de estimativa e dependência de dados de fontes externas (ex.: cadeia de valor).

No que diz respeito a limitações observadas no universo global, predominam as 236 limitações relativas a pressupostos subjacentes a informação prospetiva. Seguem-se as limitações decorrentes de julgamentos, estimativas e incertezas (211) e 78 limitações motivadas por limitações de dados ou informações.

No que respeita a parágrafos de “Outras matérias”, a sua maior parte (172) esclarecem que a informação comparativa (nomeadamente métricas de anos anteriores) se encontram fora do âmbito do trabalho de garantia. Ou seja, a conclusão aplica-se apenas aos dados ESRS de 2024, não a valores históricos apresentados para comparação ou apresentação de tendências.

É de destacar que no universo global analisado apenas dois relatórios de garantia foram qualificados, tendo sido incluídas quatro reservas (duas relativas à utilização de uma metodologia não conforme ou omissão de categorias de emissões de GEE de âmbito 3, uma relativa à Taxonomia da EU e uma sobre divulgações relativas a economia circular).



Abreviaturas e termos-chave

ADM

Análise de Dupla Materialidade

AAC

Adaptação às Alterações Climáticas

MAC

Mitigação das Alterações Climáticas

CSRD

Diretiva Europeia de Relato de Sustentabilidade das Empresas

EFrag

European Financial Reporting Advisory Group

ESMA

European Securities and Markets Authority

ESRS

Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade

FAQ

Perguntas Frequentes (*Frequently Asked Questions*)

GEE

Gases com Efeito de Estufa

IRO

Impactos, Riscos e Oportunidades

NZBA

Net-Zero Banking Alliance

PAT

Políticas, Ações e Metas

SBTN

Science Based Targets Network

TNFD

Taskforce on Nature-related Financial Disclosures

Sobre o ESG na KPMG

Os *stakeholders* estão progressivamente a tomar decisões com base nas credenciais ambientais, sociais e de governação (ESG) das empresas. Os consumidores estão a escolher marcas pelo seu comportamento ético e pelo seu historial em matérias de direitos humanos e de alterações climáticas. Os investidores estão a dar preferência a empresas com estruturas ESG robustas. E os governos estão a implementar regulamentações que exigem que as organizações aumentem a transparência em áreas como a diversidade, a igualdade salarial, as emissões de carbono e a escravatura moderna. Acreditamos que o crescimento sustentável é a única forma de construir um negócio de sucesso e ter um impacto duradouro no nosso ambiente e na sociedade.

Como podemos ajudá-lo?

A nossa equipa ESG é composta por especialistas em transformação, *assurance* e reporte. Nós ajudaremos a:

- Diagnosticar a situação atual da sua organização, os riscos que enfrenta e as oportunidades;
- Criar uma Estratégia ESG robusta e um plano para comunicar a sua transição para um futuro sustentável;
- Transformar o seu negócio, aproveitando as oportunidades de criação de valor e, através de tal, contruir modelos de negócio resilientes;
- Manter-se informado/a sobre o que deve monitorizar e reportar para manter a conformidade e acompanhar o seu progresso para promover a melhoria contínua;
- Prestar serviços de *assurance* externos de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia (ISAE 3000 e 3410), seja a um nível limitado ou razoável (dependendo das necessidades regulatórias e dos *stakeholders*).

Em caso de dúvidas, não hesite em contactar a nossa equipa de especialistas.

Descubra os nossos Serviços ESG

Reporte ESG

Compreender e aumentar a confiança nas divulgações ESG.

Serviços de Economia Circular

Transformação sustentável: da economia tradicional para um futuro circular.

Estratégia e Transformação ESG

Desenvolva uma estratégia ESG que acelere a sua jornada rumo a uma empresa sustentável.

Riscos Climáticos e Descarbonização

Sente-se preparado para enfrentar os riscos climáticos com confiança?

ESG e Tributação

Os critérios ESG estão a assumir uma importância cada vez maior para as empresas, à medida que as empresas, os investidores e outros *stakeholders* prestam mais atenção à sustentabilidade.

Serviços de Dados e Tecnologia ESG

Resolução do grande desafio dos dados de sustentabilidade.

Assurance ESG

Aumentar a credibilidade perante os *stakeholders* e melhorar a qualidade das informações ESG.

Finanças Sustentáveis

A oportunidade para desenvolver a sua organização noutros vetores.

Serviços de Governação, Risco e Conformidade ESG

A importância de uma boa gestão de riscos e auditorias internas.

Transparência da Cadeia de Abastecimento e Gestão dos Direitos Humanos

A pressão está a aumentar para que as empresas criem cadeias de abastecimento transparentes.

Contactos



Pedro Cruz
Partner, ESG

KPMG Portugal
+351 912585964
pcruz@kpmg.com



João Torres
Associate Partner, ESG

KPMG Portugal
+351 918940310
joaotorres@kpmg.com



Com um agradecimento
especial à colaboração de
Catarina M. Vieira
Partner, KPMG Brasil



kpmg.pt

A informação contida neste documento é de natureza geral e é transmitida “como se apresenta” sem garantia de qualquer natureza e não se aplica a nenhuma entidade ou situação particular. Apesar de fazermos todos os possíveis para fornecer informação precisa e atual, não podemos garantir que tal informação seja precisa na data em que for recebida/conhecida ou que continuará a ser precisa no futuro. Ninguém deve atuar de acordo com essa informação sem aconselhamento profissional apropriado pra cada situação específica. Nenhuma informação contida ou mencionada neste documento pode ser considerada como criando qualquer direito ou obrigação. Assim, não nos consideramos responsáveis por qualquer perda ou dano de qualquer natureza resultante do uso da informação facultada.

Todos os direitos contidos ou relacionado com esta publicação devem ser considerados como sendo de titularidade da KPMG. Não pode ser efetuada qualquer redistribuição ou reprodução sem a nossa autorização prévia e escrita.

© 2025 KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia. Todos os direitos reservados.

© 2025 KPMG Advisory – Consultores de Gestão, S.A., sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia. Todos os direitos reservados. O nome e logótipo da KPMG são marcas registadas usadas sob licença pelas firmas membro independentes da rede global KPMG.